

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS

Keilla dos Santos Silva

Na colônia penal: anátomo-política e imanência

Vitória da Conquista-BA

2018

KEILLA DOS SANTOS SILVA

Na colônia penal: anátomo-política e imanência

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens como pré-requisito parcial e obrigatório para a titulação de Mestre em Letras.
Orientador: Cássio Roberto Borges da Silva

Vitória da Conquista-BA

2018

S581n Silva, Keilla dos Santos.

Na colônia penal: anátomo - política e imanência. / Keilla dos Santos Silva, 2018.
70f.

Orientador (a): Dr. Cássio Roberto Borges da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste
Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e
linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências: f. 70.

1. Poder - Relações. 2. Caducidade. 3. Agenciamento maquínico. 4. Diagrama de
forças. I. Silva, Cássio Roberto Borges da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, Programa de Pós -Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens-
PPGCEL. III. T.

CDD: 833.91

Keilla dos Santos Silva

Na colônia penal: anátomo-política e imanência

Data da aprovação _____/_____/_____.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Roberto Borges da Silva

Membro Interno: Prof. Dr. Ricardo Martins Valle

Membro Externo: Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva

AGRADECIMENTOS

Sou sinceramente grata pelas intensas experiências vivenciadas durante o processo de elaboração desta pesquisa. Grata às contingências da vida e às pessoas, em especial, aos meus pais, Marinalva e Onofre, que, mesmo com pouco, me apoiaram incondicionalmente, à Kamilla, meu pilar, irmã que esteve sempre ao meu lado e me deu os conselhos mais práticos, a Arthur, sobrinho que desde 2016 tem trazido alegria para os meus dias, aos demais da minha família que, embora longe, têm me incentivado, em especial à Danielly, que, além de tudo, me inspira pela força e inteligência, ao meu orientador Cássio Borges pela paciência, pelas horas de orientação, pelas discussões e pelo apoio, aos professores examinadores Ricardo Martins Valle, Cristiano Augusto da Silva e Adilson Ventura, aos professores e funcionários do PPGCEL, ao GPPEN, aos colegas de turma, pessoas maravilhosas que me ensinaram muito sobre a vida adulta, sobretudo a Victor, Verônica, Lailla, Cris, Andirana, Anísio, Darlene, Antônio e Laysa, e aos amigos externos ao programa que também acompanharam essa fase.

*“Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”*

– João Guimarães Rosa; Grande Sertão: Veredas

RESUMO

Constituem-se, como objeto deste trabalho, as figurações do poder em uma novela de Franz Kafka: *Na Colônia Penal*. A fim de balizar teoricamente este estudo, mobilizamos tanto as reflexões de Foucault sobre as relações entre poder e saber, examinando, basicamente, as proposições defendidas em *A arqueologia do Saber* e em *Vigiar e Punir*, quanto a noção de “agenciamento” em Deleuze e Guattari, considerando, prioritariamente, as formulações elaboradas em *Kafka: para uma literatura menor*. Empenhamo-nos, portanto, em uma leitura que prevê a articulação entre uma abordagem disciplinar das relações de poder e uma apropriação política do enunciado literário. A narrativa em questão, protagonizada por um mecanismo de tortura e execução, é concebida, aqui, em um limiar de ruptura em relação ao conjunto dos contos, dedicado majoritariamente ao tema dos devires animais. Nela, a figuração do suplício, dominada por indícios de caducidade, é traçada no interior de um dispositivo disciplinar. Se, a princípio, a máquina da colônia penal é descrita como um aparelho autônomo de justiça, aparelho que inscreve, literalmente, o texto hieroglífico da lei na carne dos condenados, nos termos de Deleuze e Guattari, “lei transcendente reificada”, o aspecto ilusório desse automatismo manifesta-se na arbitrariedade do trâmite processual, fundado exclusivamente na denúncia, ou seja, todo procedimento judicial reduz-se à execução penal. A autonomia aparente da lei revela-se, pois, como mera arbitrariedade do agente legal. Na colônia penal observamos um aparelho despótico caduco, que se aniquila diante de um sistema tácito de controle dos corpos, de um poder disciplinar: já não se trata de uma linha de fuga, devir animal, como na maioria dos contos, mas de uma “máquina abstrata”, diagrama de forças, agenciamento maquínico.

Palavras-chave: Poder. Caducidade. Agenciamento maquínico. Diagrama de forças.

ABSTRACT

The objective of this work is to appoint the forms of power in a novel by Franz Kafka: *In the Penal Colony*. To support theoretically this study, we applied both the reflections of Foucault on relations between power and knowledge, mainly analyzing the propositions advocated in *The Archaeology of Knowledge* and *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, and the notion of “assemblage” in Deleuze and Guattari, whereas, a prior, the propositions elaborated in *Kafka: Toward a Minor Literature*. Therefore, we engaged ourselves in a reading that provides a link between a disciplinary approach of power relations and political ownership of literary enunciation. The narrative in question played by a mechanism of torture and execution conceived here is a threshold of rupture in relation to a set of short stories, mostly dedicated to the theme of becoming-animal. In it, the shape of torture dominated by signs of caducity is outlined within a disciplinary mechanism. If, in principle, the machinery of the penal colony is described as autonomous institution of justice. An institution that inscribes literally the hieroglyphic text of the law in the flesh of those convicted, in terms of Deleuze and Guattari, “reified, transcendent law”, the illusory aspect of this automatism manifests itself in the arbitrariness of the procedural action, founded solely on the complaint, i.e., all judicial procedure confines oneself to the penal execution. Therefore, the apparent autonomy of the law reveals itself as a mere arbitrariness of legal agent. In the penal colony, we observed a lapsed despotic mechanism that annihilates oneself before a tacit system of control of bodies, from a disciplinary power: this is no longer a line of flight, or a becoming-animal, as in most short stories, but an “abstract machine”, diagram of forces, machinic assemblage.

Keywords: Power. Caducity. Machinic Assemblage. Diagram of Forces.

SUMÁRIO

1. PRELIMINARES.....	9
2. O SABER E A DISCIPLINA.....	13
2.1 As formações discursivas	13
2.2 A função enunciativa	18
2.3 Disciplina e Panoptismo.....	28
3. FOUCAULT-DELEUZE.....	43
3.1 Dispositivo e diagrama; agenciamento maquínico e máquina abstrata.....	44
3.2 Kafka: literatura menor	49
4. NA COLÔNIA PENAL.....	55
4.1 O procedimento narrativo	56
4.2 Suplício e disciplina.....	60
4.3 Anátomo-política e imanência	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1. PRELIMINARES

Constituem-se, como objeto deste trabalho, as figurações do poder em uma novela de Franz Kafka: *Na colônia penal*. A narrativa, publicada em 1919, articula-se em uma ação mínima: a visita de um explorador a uma colônia penal onde se observa o funcionamento de uma máquina de tortura e execução. A cena envolve poucos personagens: o oficial, o explorador, o condenado e um soldado. O dispositivo de punição, que inscreve a sentença no corpo do condenado, protagoniza a narrativa.

O referencial teórico utilizado na análise do objeto foi selecionado em função de uma apreciação preliminar da novela, assim como de alguns estudos referidos amiúde na atual fortuna crítica de Kafka. Naquele momento, pareceu-nos pertinente examinar a novela a partir das noções de “suplício”, de “disciplina” e de “anátomo-política”, detalhadas por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2014). Nesse livro, as noções referidas são elaboradas em função de uma descrição micropolítica e infrajurídica das relações de poder, descrição que permanece, portanto, à margem das formalidades que legitimam os sistemas modernos de representação social. Em convergência com as análises de Foucault, observamos na novela de Kafka a presença tanto de elementos que se aproximam de uma configuração “ostensiva” do poder, caracterizada por suplícios espetaculares, quanto de elementos que se aproximam de uma configuração “extensiva” do poder, caracterizada pelo controle generalizado dos corpos.

Nessa leitura preliminar de elementos da fortuna crítica, deparamo-nos também com outro trabalho que se tornaria decisivo para esta pesquisa: *Kafka: para uma literatura menor* (2003), de Deleuze e Guattari; livro que havia sido publicado, pela primeira vez, em 1975, o mesmo ano da impressão do trabalho de Foucault sobre o poder disciplinar. Esquivando-se das leituras simbólicas, alegóricas e psicológicas que, até então, prevaleciam nos estudos sobre Kafka, os autores propunham uma abordagem fundamentalmente política. Concebendo-a sob a noção de “literatura menor”, a obra de Kafka é, então, pensada como uma “máquina de expressão” que funcionaria em três estágios, envolvendo, cada um deles, quadros temáticos e gêneros discursivos específicos: o pacto diabólico, nas cartas; os devires-animais, nas novelas; os agenciamentos coletivos de enunciação, nos romances. Para os autores, a máxima potencialidade dessa “máquina” teria sido atingida apenas nos romances, de tal forma que as cartas e as novelas são descritas como experiências preliminares, como experiências, ao menos em alguma medida, precárias em relação ao êxito dos três grandes romances: *O Castelo*, *O Processo* e *América*.

As categorias analíticas desenvolvidas em *Kafka: para uma literatura menor* colocam em evidência a interlocução entre Foucault e Deleuze. Como demonstra Nabais, em *A dobra Deleuze-Foucault* (2009), os artigos publicados por Deleuze na Revista *Critique*, em 1971 e em 1975, assim como o livro em que ele empreende um balanço preliminar do trabalho, precocemente interrompido, de seu interlocutor, *Foucault*, publicado em 1986, permitem identificar elementos derivados das leituras de *A arqueologia do Saber* e de *Vigiar e Punir* na formulação da noção de *agenciamento*, noção que, no livro sobre Kafka, desempenha um papel nuclear e que, em *Mil Platôs*, autonomiza-se em relação aos domínios da crítica literária, passando, então, a situar-se entre os elementos da “rizomática”¹. Em sua dupla articulação, “maquinica” e “enunciativa”, a descrição dos *agenciamentos* produz-se, nesse sentido, como um desdobramento de reflexões sobre os “dispositivos” disciplinares e sobre os “diagramas” de poder descritos por Foucault.

Ao ter em vista tais considerações elaboradas por Nabais, delimitamos, enfim, os objetivos desta investigação: focalizamos, por um lado, nas reflexões de Foucault sobre as relações entre saber e poder, examinando, prioritariamente, as posições defendidas em *A arqueologia do Saber* e em *Vigiar e Punir*, e, por outro lado, empenhamo-nos no estudo da noção de “agenciamento” em Deleuze e Guattari, considerando, prioritariamente, as formulações elaboradas em *Kafka: para uma literatura menor* e em *Foucault*.

Concentramo-nos na apreciação de uma única novela, concebendo-a, contudo, em um limiar de funcionamento que se configura como um desvio em relação ao seu conjunto, dedicado majoritariamente ao tema dos devires animais. Procuramos, dessa forma, descrevê-la sob a perspectiva das descontinuidades, dos pontos de difração que colocam em evidência incompatibilidades entre as formações discursivas que, sucessiva ou simultaneamente, delimitam as possibilidades de exercício da função enunciativa, sob a perspectiva das rupturas que modificam os diagramas das relações de força e que, conseqüentemente, regulam as possibilidades de ordenação do corpo social. Na ficção de Kafka, e, especificamente, na novela em questão, tais descontinuidades são decisivas. Nela, a figuração de uma ruptura no domínio dos regimes discursivos, ruptura disciplinar de um regime despótico, implica a descontinuidade das práticas que incidiam efetivamente sobre corpos individuais, inscrevendo, na carne, o texto

¹ O pensamento rizomático, proposto por Deleuze e Guattari, em *Mil platôs*, se opõe à concepção arbórea, que, nesse caso, seria o pensamento fundamentado, sobretudo, em dicotomias, remetendo sempre a uma “unidade principal”, a uma “raiz”. De outro modo, o rizoma, termo tomado emprestado da botânica, se constitui como o pensamento a partir da multiplicidade.

secreto da lei. Nela, a eficácia panóptica dos dispositivos disciplinares, sua operação tácita e extensiva, observação sistemática dos desvios e projeção de um padrão assintótico de normalidade, converte a exemplaridade do suplício espetacular, subitamente, em um sistema penal obsoleto.

Enfim, utilizando as noções forjadas por Deleuze e Guattari, poderíamos descrever nosso empreendimento como uma análise dos gradientes de “desterritorialização” figurados no texto de Kafka, assim como de seus movimentos subsequentes de reterritorialização, poderíamos descrevê-lo como apreciação de “linhas de fuga”, de seus potenciais de desestratificação, de seus riscos de reestratificação e de desterritorialização absoluta, de autodestruição.

Ao examinar as correlações entre a “máquina abstrata” e os “agenciamentos”, considerando, em Deleuze e Guattari, a instabilidade das formulações que a descrição de tais noções envolvem, pretendemos, ademais, traçar um esboço das possibilidades de funcionamento do texto de Kafka em um plano de imanência que presume a precedência do enunciado em relação à enunciação. Se, por um lado, os “agenciamentos maquínicos” podem ser concebidos como “misturas de corpos” e se, por outro, os “agenciamentos coletivos de enunciação” envolvem “transformações incorpóreas” que incidem sobre os corpos, tais “agenciamentos” estão sujeitos, verticalmente, a uma dinâmica de estabilização ou de aniquilamento. Essa equação, que envolve, por um lado, variáveis relativas uma “pragmática dos enunciados” (NABAIS, 2009, p. 73) e sua relação com a disciplina dos corpos, por outro, variáveis relativas às concreções despóticas e suas rupturas moleculares, parece ser decisiva para a compreensão da escrita de Kafka, de seu estranho funcionamento:

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, *picos de desterritorialização* que o arrebatam. Ninguém mais do que Kafka soube destacar e fazer funcionar conjuntamente esses eixos do agenciamento. (DELEUZE; GUATARI, 1995, II, p. 31)

No texto de Kafka selecionado, o procedimento penal articula-se entre o enunciado secreto da lei, o entusiasmo penal do executor e a docilidade do condenado, configurando um mecanismo arcaico de poder fundado na autoridade fantasmática do “antigo comandante”. Aparelho de encarnação, agente disciplinar e corpo normatizado articulam-se na mecânica da execução penal. Esse regime totalitário, contudo, com seus indícios de caducidade, apresenta-

se, desde o início da narrativa, como prática divergente, ameaçada por convicções “progressistas” que se manifestam, em conformidade com o juízo do “oficial”, em distintos setores da hierarquia social, incluindo-se aí a posição do atual comandante. Trata-se, pois, de um regime que mostra indícios de um eminente colapso: regime em vias de desterritorialização.

O esfacelamento dessa mecânica totalitária, concretizado por meio de uma peripécia que submete o próprio executor ao mecanismo de execução e que narra, além disso, o esfacelamento do “singular” aparelho durante essa cena cabal, instaura um hiato que permanece irresoluto na ação narrada. Possibilidades de novas concreções, de novas linhas fuga, de novas saídas? A escrita cartorial de Kafka, com sua elocução aparentemente translúcida, eminentemente descritiva, forja enredos que, operando por segmentaridades contíguas ilimitadas, permanecem abertos. Parece-nos, portanto, relevante refletir sobre este aspecto lacunar que, no texto de Kafka, é capaz de instabilizar os jogos realistas de representação.

2. O SABER E A DISCIPLINA

A obra de Foucault é usualmente descrita a partir de três grandes eixos: um primeiro dedicado à reflexão sobre questões relacionadas ao discurso, sobre a historicidade do sentido e a produção do saber; um segundo em que ele enfrenta os problemas relacionados à análise do poder, considerando-o em uma escala infinitesimal: a anátomo-política; e, por fim, um terceiro eixo dedicado às questões relativas ao “cuidado de si”, habitualmente descrito como fase ética. Interessa-nos, aqui, examinar, prioritariamente, os dois primeiros eixos, ou seja, as relações entre saber e poder, retomando, por um lado, as questões concernentes às “práticas discursivas”, sistematizadas em *A arqueologia do saber*, e, por outro, as reflexões sobre “disciplina”, analisadas em *Vigiar e Punir*. Ao percorrer essa trajetória pretendemos acumular subsídios para discutir, posteriormente, a apropriação de tais temas por Deleuze e por Guattari na leitura da obra de Kafka.

2.1 As formações discursivas

A arqueologia do Saber (2002), publicada pela primeira vez em 1969, empenha-se em elucidar a seguinte questão: quais são os mecanismos que operam na produção dos saberes? A discussão é situada no domínio da história das ideias, levantando uma série de problemas relativos à análise histórica. Inicialmente, o autor propõe a suspensão, mesmo que provisória, de algumas categorias historiográficas que são tratadas como dispositivos de continuidade. Unidades tidas como óbvias ou imediatas, tais como “tradição”, “evolução”, “espírito do tempo”, “livro”, “obra”, “autor” e, além disso, os sistemas usualmente empregados na classificação dos discursos, tais como literatura, ciência, filosofia, história, são problematizados sob a perspectiva de sua historicidade.

Ao propor a suspensão de tais dispositivos analíticos, usualmente tratados como categorias “naturais”, Foucault procura empreender uma análise histórica dos enunciados efetivos, do que foi, de fato, dito, realizando, desse modo, uma reflexão sobre o discurso no jogo de sua instância, na irrupção de seus acontecimentos e na dispersão temporal que permite sua repetição, seu esquecimento, seu apagamento e suas transformações. Trata-se, em tal caso, de uma abordagem que, ao esquivar-se de um certo “fundo de naturalismo” e ao suspender

fórmulas presumidas de continuidade e de unidade, prioriza o exame de eventos descontínuos, isto é, dos fenômenos discursivos em sua dispersão.

Essa análise arqueológica elege, portanto, como princípio elementar, a multiplicidade dos discursos e o que se procura caracterizar, inicialmente, nesse conjunto heterogêneo e disperso, são as “formações discursivas”, concebidas como um feixe complexo de regularidades que operam em distintos níveis epistemológicos. Nesse sentido, presume-se a necessidade de se investigar as regularidades históricas que se manifestam na emergência de objetos, de modos de enunciação, de conceitos e de estratégias, descrevendo, dessa forma, suas “regras de formação”, ou seja, instâncias que delimitam as possibilidades efetivas de uma “prática discursiva”.

Trata-se, pois, de uma série de deslocamentos teóricos. Com relação aos objetos, são consideradas as possibilidades de sua enunciação a partir de relações estabelecidas “entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação” (FOUCAULT, 2008 p. 49). Nesse sentido, as relações discursivas organizam-se, basicamente, como um domínio de diferenciação que envolve convenções sociais, instituições de saber e sistemas de classificação, ou seja, não se trata de uma descrição que concerne à idealidade dos objetos tratados:

Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que são desenvolvidas quando se faz sua análise; elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente, ou em parte, quando o imaginamos na verdade de seu conceito. Elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situarse em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. (FOUCAULT, 2008, p. 50-51)

Se, por um lado, a análise em questão demanda a elisão de categorias essencialistas, ou seja, se ela descarta a caracterização dos objetos discursivos como uma função de paradigmas conceituais, uma função de “idealidades”, por outro, ela demanda a elisão da referencialidade, recusando, igualmente, a caracterização empírica dos objetos suposta em concepções comunicativas da linguagem:

Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às "coisas", "despresentificá-las"; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e de não dizer; substituir o tesouro enigmático das "coisas" anteriores ao

discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão. (FOUCAULT, 2008, p. 53-54)

Situando-se à margem tanto da empiria quanto do essencialismo, a caracterização dos objetos na arqueologia de Foucault situa-se num limiar que radicaliza a concepção do discurso enquanto prática, concebendo-a como efetuação de um “feixe complexo de relações” que permite diferenciar objetos, que permite, portanto, produzir a sua emergência no âmbito de uma prática efetiva:

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2008, p. 51-52)

No que se refere ao exame dos modos de enunciação, a exposição postula, por sua vez, a superação de perspectivas centradas em posicionamentos transcendentais ou psicológicos, que encontrariam na unidade do sujeito uma instância primordial na evolução dos saberes:

Em suma, as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito - quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese. Nem o "conhecer", nem os "conhecimentos". (FOUCAULT, 2008, p. 60)

E logo em seguida:

Ainda há pouco mostramos que não eram nem pelas "palavras" nem pelas "coisas" que era preciso definir o regime dos objetos característicos de uma formação discursiva; da mesma forma, é preciso reconhecer, agora, que não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações. (FOUCAULT, 2008, p. 61)

A caracterização dessa “posição” a que se reduz a subjetividade na abordagem arqueológica é formulada, definitivamente, apenas no capítulo subsequente, dedicado à exposição do exercício da “função enunciativa”. Ali, os lugares de enunciação aparecem como “lugares vazios” que poderiam ser ocupados por “diferentes indivíduos”, aparecem como um *status*, ou seja, como lugares sociais e institucionais que legitimam o exercício da enunciação, exercício heterogêneo que escapa à unidade do indivíduo:

É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la. (FOUCAULT, 2008, p. 107-108)

Depois de reelaborar as relações entre o discurso, a significação e a referencialidade, assim como as relações entre o discurso e os lugares de sua enunciação, Foucault problematiza o estatuto das arquiteturas formais que permitiriam a delimitação de campos específicos de conhecimento. Nesse caso, assim como em relação aos objetos, os conceitos são tratados sob a perspectiva de suas possibilidades de emergência, de reiteração, de transformação ou de aniquilamento. Nesse momento, a elisão de uma “idealidade meta-histórica” abre caminho, uma vez mais, para a apreciação das regularidades que balizam a efetividade da prática discursiva:

Na verdade, colocamos a questão no nível do próprio discurso, que não é mais tradução exterior, mas lugar de emergência dos conceitos; não associamos as constantes do discurso às estruturas ideais do conceito, mas descrevemos a rede conceitual a partir das regularidades intrínsecas do discurso; não submetemos a multiplicidade das enunciações à coerência dos conceitos, nem esta ao recolhimento silencioso de uma idealidade meta-histórica; estabelecemos a série inversa: recolocamos as intenções livres de não-contradição em um emaranhado de compatibilidade e incompatibilidade conceituais; e relacionamos esse emaranhado com as regras que caracterizam uma prática discursiva. (FOUCAULT, 2008, p. 68)

Ao considerar, por fim, as estratégias, termo que Foucault emprega para referir-se tanto a “temas” quanto a “teorias”, são examinados, basicamente, três elementos: os “pontos de difração”, as “constelações discursivas” e as funções em “campos não discursivos”. Num primeiro momento, os pontos de difração indicam incompatibilidades teóricas que podem eventualmente coexistir em um mesmo domínio discursivo, constituindo alternativas no interior de um mesmo campo, outras vezes, tais incompatibilidades temáticas atingem um limiar que

demanda o surgimento de um novo campo disciplinar, fenômeno exemplificado pela emergência da biologia no âmbito da história natural. O segundo elemento, as constelações discursivas, aponta para necessidade de examinar as possíveis correlações que se estabelecem entre uma determinada formação discursiva e as formações que lhe são contemporâneas, exame capaz de revelar a dispersão de certos temas em campos de saber aparentemente heterogêneos. Nesse caso, o exemplo mobilizado é o tema da “evolução”, que atravessa os discursos da história natural, da economia política e da gramática em fins do séc. XVIII e princípios do XIX. Por fim, consideram-se, no limiar desse projeto arqueológico, as relações das práticas discursivas com domínios não discursivos, tomando como exemplo as relações entre o discurso da gramática e as práticas de ensino.

Em síntese, Foucault conclui esse turno de sua exposição enumerando as sucessivas supressões que são exigidas por uma apreciação arqueológica dos discursos:

E, assim, como não seria preciso relacionar a formação dos objetos nem às palavras nem às coisas, a das enunciações, nem à forma pura do conhecimento nem ao sujeito psicológico, a dos conceitos, nem à estrutura da idealidade nem à sucessão das ideias, não é preciso relacionar a formação das escolhas teóricas nem a um projeto fundamental nem ao jogo secundário das opiniões. (FOUCAULT, 2008, p. 78)

Nesse ponto, ao que parece, é possível concluir que, em *A arqueologia do Saber*, o discurso não é concebido como “uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência” (FOUCAULT, 2008, p. 54-55), ou seja, aqui, a noção de discurso já não supõe uma relação simples entre significante e significado, nem uma representação direta das coisas do mundo: ela se configura como uma prática:

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 2008, p. 82-83)

Ao fornecer o *status* de prática ao discurso, Foucault problematiza a associação entre significante e significado, entre “palavras” e “coisas”. Apreendidos, então, na historicidade de seu sentido, sujeitos, teorias, objetos e conceitos são tratados como instâncias que resultam de práticas discursivas historicamente datadas. Eis o que, nos termos de Foucault, caracteriza um

“sistema de formação”.

2.2 A função enunciativa

Dissociar o discurso de uma caracterização que o concebe como um instrumento de representação, ou seja, como um dispositivo capaz de produzir a “presença” de coisas que estariam além ou aquém de um domínio propriamente enunciativo, e situá-lo no nível de uma prática histórica é, em Foucault, legar ao enunciado um estatuto de raridade. Para chegar a essa conclusão, depois de descrever as regularidades que caracterizam as formações discursivas, ele se empenha em “definir”² o enunciado, elaborando uma série de negativas em que são examinadas algumas possibilidades de classificação que poderiam, à priori, elucidar os critérios que permitiriam isolar esse “átomo do discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 90). Ainda que o enunciado não se identifique com nenhuma das unidades analisadas: a proposição, a frase e o ato de fala, unidades forjadas no âmbito da lógica, da gramática e da filosofia analítica, o argumento elaborado nesse excerto estabelece as condições elementares para caracterização do enunciado como uma “função”, permitindo, dessa forma, a caracterização definitiva das “práticas discursivas”. Sendo assim, convém, aqui, expor, ainda que de maneira sucinta, as diretrizes que balizam essa reflexão.

Presume-se, em primeiro lugar, que, para definir o enunciado, não seria possível utilizar os mesmos critérios empregados para caracterizar uma proposição. O exemplo arrolado, nessa passagem, envolve duas formulações idênticas sob a perspectiva lógica: “Ninguém ouviu” e “É verdade que ninguém ouviu”. De um ponto de vista analítico, tais enunciados seriam indiscerníveis, uma vez que comportam a mesma estrutura lógica, contudo, se eles fossem analisados estritamente “no plano do discurso”, poderiam manifestar-se como enunciados muito distintos. A fim de ilustrar a diferença entre as formulações referidas, considera-se a utilização de ambas em um discurso ficcional:

Se encontramos a fórmula "Ninguém ouviu" na primeira linha de um romance, sabese, até segunda ordem, que se trata de uma constatação feita seja pelo autor, seja por um personagem (em voz alta ou sob a forma de um monólogo interior); se encontramos a segunda formulação "É verdade que ninguém ouviu", só podemos estar em um jogo de enunciados que constitui um monólogo interior, uma discussão muda, uma

² Apesar de propor, inicialmente, uma investigação a propósito da “definição” do enunciado, na conclusão desse excerto, que se denomina justamente “Definir o enunciado”, Foucault admite a impossibilidade de encontrar “critérios estruturais de unidade” (FOUCAULT, 2008, p. 98) que permitam tal definição.

contestação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo, um conjunto de questões e de respostas. Nos dois casos, trata-se da mesma estrutura proposicional, mas de caracteres enunciativos bastante distintos. (FOUCAULT, 2008, p. 91)

Nesse ponto, a conclusão de que a descrição do enunciado não poderia situar-se no mesmo nível da análise das proposições, análise cujas implicações envolvem a relação entre a proposição e seu referente, com vistas a averiguação de seu valor de verdade, abre caminho para o segundo ponto da reflexão. Nesse segundo momento, o autor demonstra que também não seria possível equiparar o enunciado à frase, pois, se, por um lado, seria possível afirmar que toda frase é um enunciado, por outro, poderíamos encontrar múltiplos exemplos de enunciados que não são frases: um gráfico estatístico, uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, uma equação etc. Se a gramaticalidade, critério que permite a delimitação dessa unidade, a frase, não pode ser aplicada a um conjunto considerável de acontecimentos discursivos que efetivamente são concebidos como enunciados, a possibilidade de identificação entre o enunciado e a frase é imediatamente superada.

Esses dois argumentos, aqui, sumariamente descritos, são desdobrados reiteradamente ao longo de toda a terceira parte de *A arqueologia do Saber* e funcionam regularmente como fundamento para a recusa de uma concepção estrutural do enunciado. Não se trata, portanto, de um fenômeno de ordem relacional. De acordo com essa posição, o enunciado desempenharia apenas um papel residual nos processos de descrição da estrutura lógica das proposições ou da estrutura gramatical das frases: esse “suporte” ou “essa substância acidental” (FOUCAULT, 2012, p. 102) não poderia, nesse sentido, ser concebida, ao menos, não exclusivamente, como um sistema abstrato, ou seja, uma estrutura, constatação que conduz o argumento de Foucault ao exame de uma hipótese diametralmente oposta: a do enunciado como um acontecimento.

Entre as possibilidades de análise da linguagem arroladas, as semelhanças entre o enunciado e os “atos de fala” seriam, de acordo com Foucault, as mais verossímeis. Se, por um lado, a teoria dos atos de fala analisa a ocorrência de atos discursivos singulares, atos ilocutórios: uma ordem, uma promessa, um decreto, por outro, os critérios que delimitam a unidade dos atos de fala são considerados ainda insuficientes no que concerne à definição do enunciado, uma vez que um único ato de fala poderia envolver múltiplos enunciados. Nesse ponto, a descrição arqueológica do enunciado passa a examinar um tipo peculiar de

“acontecimento”, situado entre a singularidade da enunciação e as possibilidades de repetição do enunciado³.

Ainda que a materialidade seja condição para a existência de um enunciado, ela, em si, ainda não o constitui efetivamente. Dois exemplos ilustram essa questão: um punhado de caracteres tipográficos e letras anotadas aleatoriamente em uma folha de papel. A existência material de tais signos não pode ser negada, contudo, ainda assim, eles não se configuram como um enunciado. No primeiro caso, temos apenas instrumentos com os quais poderíamos formulá-lo, no segundo, uma sequência aleatória de letras. Porém, até mesmo uma sequência “aleatória” de letras, numa série de probabilidade mínima, poderia configurar um enunciado, por exemplo, o encadeamento de letras em um manual de datilografia.

Esse último exemplo sustenta duas consequências negativas: o modo de existência do enunciado não corresponde nem ao modo de existência da língua, nem ao modo de existência dos objetos que se apresentam à percepção. Se, por um lado, os enunciados não demandam uma “construção linguística regular”, por outro, signos linguísticos materializados não garantem a existência de um enunciado. Trata-se, pois de “um modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material)” (FOUCAULT, 2012, p. 104), de um modo de ser que atravessa “verticalmente” as unidades traçadas em diferentes âmbitos de análise da linguagem. Enfim, diante da impossibilidade de identificar uma unidade estrutural que permita isolar o enunciado, impossibilidade, pois, de defini-lo em sua singularidade, a enunciação é descrita como exercício de uma função, a função enunciativa:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2012, p. 105; 2008, p. 98-99)

Essa “função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” é esmiuçada no excerto subsequente, que se denomina, justamente, “A função enunciativa”. Subdividindo-se em quatro temas: campos de diferenciação; posições do sujeito; campos associados e

³ Como veremos adiante, trata-se de um fenômeno “paradoxal” que, apesar de situar-se em coordenadas espaço-temporais determináveis, é suscetível à “repetição” (FOUCAULT, 2008, p. 118).

materialidades repetíveis, esse texto começa a desenvolver uma articulação, de fato, ainda sutil, entre a exposição das regularidades que configuram as formações discursivas, expostas no capítulo anterior, e as considerações a propósito do enunciado. Nesse sentido, o exame dos campos de diferenciação em que se exerce a função enunciativa remete à análise da emergência dos objetos; as posições do sujeito dos enunciados vinculam-se às reflexões a propósito dos modos de enunciação; os campos associados, à emergência de conceitos e as materialidades repetíveis à formação das estratégias.

Retomando as distinções estabelecidas no fragmento imediatamente anterior, a discussão sobre os campos de diferenciação concentra-se na relação do “enunciado com aquilo que ele enuncia” e é descrita, uma vez mais, por oposição às relações travadas entre a frase e o seu sentido, assim como entre a proposição e o seu referente. O “referencial” do enunciado configura-se, nesse sentido, por meio de relações que são estabelecidas num âmbito exclusivamente enunciativo, em convergência com as regularidades discursivas que delimitam as possibilidades históricas de exercício da função enunciativa. Trata-se, pois, de um domínio de emergência de indivíduos, de objetos ou de estados de coisas, o que se distingue sistematicamente da referência ou da significação ou do sentido de indivíduos, objetos ou estados de coisas:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade. (FOUCAULT, 2012, p. 10-11; 2008, p. 103)

Se, por um lado, o *correlato* do enunciado, situando-se em um “nível enunciativo”, deve distinguir-se do sentido, da significação e da referência, se ele corresponde a um domínio de emergência de objetos estritamente discursivos, ou seja, se ele se situa num “campo de diferenciação”, por outro lado, o sujeito do enunciado não deve ser confundido com o autor da formulação. Não se trata, nesse caso, de uma descrição das causas do enunciado, das relações entre o dito e o seu autor, mas da descrição da *posição* que deve ser ocupada por um determinado indivíduo a fim de que ele possa exercer a “função enunciativa”, para que ele venha a assumir um determinado *status* e possa aparecer como sujeito do enunciado:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. (FOUCAULT, 2012, p. 15-16)

Nessa passagem, fica nítida uma recusa sistemática das concepções que fundamentam a análise da enunciação em sua “origem” subjetiva, presumindo, dessa forma, um princípio antropológico de transcendência. Em *A arqueologia do saber*, o lugar de enunciação é concebido como resultado de um feixe complexo de relações (institucionais, políticas, sociais, econômicas) que delimita o exercício da função enunciativa, que é capaz de atribuir distintos graus de prestígio aos enunciados de acordo com as circunstâncias de enunciação. A mesma frase, dita por um mesmo indivíduo, em uma conversa cotidiana, em um tribunal de justiça ou num texto ficcional pode manifestar caracteres enunciativos radicalmente distintos e essa diferença não pode ser descrita sob a perspectiva da autoria, uma vez que ela depende de elementos institucionais que escapam à tal esfera de análise.

As relações em que, necessariamente, um enunciado deve inscrever uma “trama complexa” (FOUCAULT, 2012, p. 118) são descritas por Foucault como um “campo associado”, como redes de enunciados que, implícita ou explicitamente, são referidos ou possibilitados por uma determinada formulação: enunciados anteriores que figuram como condição para a enunciação e enunciados posteriores cuja possibilidade se abre a partir de uma enunciação. Esse “jogo enunciativo”, inscrição no domínio do já dito e abertura para novas possibilidades de dizer, distingue-se tanto da representação objetiva quanto da competência linguística, colocando em primeiro plano o lugar e o *status* que envolve o exercício da função enunciativa, sua prática efetiva:

O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e de regras linguísticas. De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto desempenhando um papel no meio dos outros,

neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre num jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2012, p. 120; 2008, p. 113-114)

Tendo, pois, descrito o correlato do enunciado como um *campo de diferenciação*, o lugar de enunciação como uma *posição discursiva* e as articulações enunciativas como um *campo associado*, resta descrever a particularidade estratégica do enunciado em sua relação, por um lado, com a *materialidade do suporte*, por outro, com as possibilidades de *reapropriação*. Se a materialidade aparece como condição elementar para a sua constituição, ou seja, se o fato de ter sido efetivamente inscrito sob coordenadas espaciais e temporais precisas aparece como um fator determinante para a existência de um enunciado, configurando-o, ao menos em alguma medida, como um acontecimento, as possibilidades de retomada, de repetição, de transformação de um determinado enunciado conferem-lhe o aspecto paradoxal de uma materialidade repetível. Se, por um lado, a mesma frase dita em circunstâncias distintas pode configurar diferentes enunciados, de tal forma que as “coordenadas e o status material fazem parte de seus caracteres intrínsecos” (FOUCAULT, 2012, p. 122), por outro, diferentes suportes podem comportar um mesmo enunciado, por exemplo, as distintas edições de um mesmo livro ou distintas traduções de um mesmo texto. Para Foucault, a identidade dos enunciados atende, portanto, a um regime de materialidade que se situa em uma ordem institucional, de tal forma que as singularidades de enunciações efetivas podem ser retomadas, reinscritas ou transformadas. Não se trata de uma materialidade sensível, mas de esquemas de utilização que permitem a repetição do enunciado em um “campo de estabilização”:

Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas constituem para os enunciados um *campo de estabilização* que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. (FOUCAULT, 2012, p. 126; 2008, p. 117)

Nos termos propostos, a descrição do enunciado inscreve-se num horizonte que prevê a análise de articulações históricas entre instituições e saberes. As apreciações estruturais da linguagem, tanto do ponto de vista lógico quanto do ponto de vista linguístico, assim como as análises pragmáticas que examinam os “atos de fala”, situam-se em domínios de investigação que não atingem as “operações estratégicas” discutidas por Foucault, de tal forma que a “análise enunciativa”, elaborada em *A arqueologia do saber*, empenha-se em lançar luz sobre esse

aspecto político da enunciação, situando-a na esfera de uma prática efetiva, o que, nesse caso, implica enfrentar a descrição de uma “multiplicidade”, ou seja, de um processo de dispersão que se afasta tanto das análises ideológicas quanto da pressuposição de imaginários discursivos, que se empenha, portanto, em afastar-se das “atitudes exegeticas” ordinárias. Nos termos propostos, o enunciado, em sua materialidade paradoxal, pois “repetível”, é concebido numa ordem de contestações e de lutas, de lutas políticas:

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou rivalidade. (FOUCAULT, 2012, p. 128; 2008, p. 121)

E algumas páginas adiante:

Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegetica: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas "aplicações práticas"), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2012, p. 148; 2008, p. 137)

Nesse ponto, é possível precisar as implicações que estão envolvidas na caracterização prática da atividade discursiva proposta em *A arqueologia do Saber*. Basicamente, ela envolve um conjunto de regularidades anônimas, situadas no tempo e no espaço, “históricas”, portanto, que delimitam o exercício da “função enunciativa”. Trata-se, pois, de uma abordagem que examina criticamente os fundamentos epistemológicos que, até então, haviam pautado as análises da linguagem: intencionalidade, racionalidade e competência. Se a superação das posições fundadas na “operação expressiva” do indivíduo, nas intenções do autor da formulação, demanda a consideração de *posições* discursivas balizadas por dispositivos institucionais, por modos de enunciação cuja vigência pode ser descrita historicamente, por “posições vazias que podem ser ocupadas por indivíduos indiferentes”, abalam-se, dessa forma, os fundamentos antropológicos ou psicológicos que pautavam a apreciação do discurso sob a

ótica da “subjetividade”. Se, por sua vez, a superação das análises da linguagem focadas nas operações formais, na “atividade racional”, demanda a consideração de regimes conceituais instáveis, da emergência histórica de conceitos que extrapolam os princípios de não contradição e que desenham pontos de difração, abrindo caminho para a emergência de novos campos disciplinares e, eventualmente, de novas formações discursivas, abalam-se, dessa forma, os fundamentos essencialistas que pautavam as apreciações do discurso sob a ótica dos sistemas de racionalidade, dos sistemas lógicos de inferência. Se, por fim, a superação das análises gramaticais da linguagem, das “competências” do falante, demanda a consideração da “materialidade repetível” do enunciado, dos jogos enunciativos que envolvem reapropriações de acontecimentos balizados por um *status* e por operações estratégicas situadas historicamente, abalam-se, dessa forma, os fundamentos abstratos, sistemáticos, das apreciações estruturais da linguagem. Trata-se, pois, de um nível de análise dedicado àquilo que, de fato, foi dito, num espaço e num tempo determinados, de acordo com as possibilidades dos jogos de enunciação, possibilidades históricas de exercício da função enunciativa que constituem as regularidades de uma “prática discursiva”:

Finalmente, o que se chama "prática discursiva" pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2012, p. 143-144; 2008, p. 136)

Nesse sentido, a descrição de um “conjunto de regras anônimas” que definem “o exercício da função enunciativa”, ou seja, a descrição de uma prática discursiva, presume, sob a ótica da descontinuidade, uma “existência singular e limitada da linguagem”, uma existência que se constitui em um limiar de diferenciação em relação a elementos que permanecem necessariamente ausentes. Essa constituição singular do enunciado deve-se ao fato de estar sempre imbricado em um jogo enunciativo, o que pressupõe um passado que pode ser retomado, e que, ratificado ou transformado, abre possibilidades estratégicas para um futuro eventual, para futuras reapropriações. Em *A arqueologia do Saber*, a linguagem, sempre “povoada” pelo outro, não aparece como um dispositivo de representação, mas como uma atividade produzida e cabe à análise arqueológica investigar, justamente, essa dimensão que produz a linguagem:

A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência. Não é ela o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se dissipar? Ora, se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa existência; interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade e, em compensação, de se deter no momento - logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado - que determina sua existência singular e limitada. (FOUCAULT, 2012, p. 136)

Esse limiar de diferenciação responde pela “raridade” do enunciado, de tal forma que sua “remanência” envolve certas técnicas materiais e modalidades estatutárias: “Isto quer dizer também que eles [os enunciados] estão investidos em técnicas que os põe em aplicação, em práticas que daí derivam em relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles” (FOUCAULT, 2012, p. 151). Enfim, na conclusão dessa análise dos enunciados e das formações discursivas, Foucault destaca o papel de técnicas sociais, materiais ou estatutárias, que regulam a utilização dos enunciados e que, eventualmente, podem ser modificadas por eles, ou seja, nesse momento, a prática discursiva, regularidade dispersa, articula-se com a prática social, regulando-se por ela e, potencialmente, transformando-a. Eis o limite da proposição arqueológica de Foucault, domínio formulado apenas negativamente: o não-discursivo, horizonte de uma investigação futura, relativa à dispersão dos mecanismos infinitesimais do poder, levada a termo em *Vigiar e Punir*.

Antes, contudo, de concluir essa discussão sobre a “pragmática dos enunciados” de Foucault, convém referir, ainda que pontualmente, à articulação entre a “análise arqueológica”, até aqui estudada, e o objeto específico desta dissertação. Como já havíamos mencionado, o livro de Deleuze e Guattari sobre a “literatura menor” de Kafka, ao empreender uma leitura política dos “enunciados literários”, havia provocado deslocamentos decisivos na fortuna crítica do autor tcheco. Também já havíamos mencionado que a gênese desse livro estava fortemente vinculada ao impacto que as leituras de Foucault haviam exercido sobre o pensamento de Deleuze, particularmente, na formulação da noção de agenciamento. A dupla articulação dessa noção, discursiva e maquínica, apresentava-se, pois, como um desdobramento das reflexões de Foucault a propósito do poder disciplinar, reflexões que, por sua vez, conduziam a análise arqueológica dos saberes a um domínio, até então, formulado apenas negativamente: o domínio concreto, não-discursivo.

O panoptismo descrito em *Vigiar e punir*, na leitura de Deleuze, coloca em evidência uma nova articulação entre o enunciável e o visível, articulação que, em *Kafka: para uma literatura*

menor, preside não apenas o funcionamento da categoria crítica elementar, a de *agenciamento coletivo de enunciação*, mas também instrui a apreciação das relações do enunciado literário com as formas de exercício de poder, diagramas de forças, *máquinas abstratas*. Como aponta Nabais:

O Poder é esta dimensão do espaço do enunciado que o abre para as funções extrínsecas. O poder é a relação com o fora [*Dehors*]. E esta tese fornecerá até ao fim, não só o fio condutor da leitura que Deleuze propõe da transformação do pensamento de Foucault, mas também o modelo para pensar a enunciação colectiva, ou o “agenciamento colectivo de enunciação” que compõe, de acordo com ele, o fundamental do trabalho romanesco de Kafka. Será suficiente acrescentar à leitura de *Arqueologia do Saber* a de *Vigiar e Punir* para fundir uma nova compreensão do carácter colectivo da enunciação com uma nova teoria do poder enquanto campo de imanência. Podemos, pois, dizer que, tanto o conceito de enunciado como o de poder, são o efeito de inspirações que vêm de Foucault. (NABAIS, 2009, p. 78)

Portanto, se, por um lado, sob a ótica da abordagem arqueológica, o enunciado ficcional aparece como um componente relevante no conjunto disperso dos elementos que constituem uma determinada formação discursiva, operando, assim como outras modalidades de formulação, sob condições específicas, balizadas por domínios de diferenciação, por campos associados e por correlatos particulares, por outro, a saturação política do enunciado, formulada por Foucault e absorvida por Deleuze e Guattari, abre caminho para uma descrição da escrita de Kafka que se desenvolve a partir de duas possibilidades: uma que se concentra na figuração, contundente, aliás, das relações entre os diagramas de poder e a ordenação disciplinar dos corpos efetivos, nesse caso, a lei, máquina abstrata, converte-se numa entidade evanescente, diante da efetividade da justiça, instituição material, agenciamento maquínico; a outra, por sua vez, investe na descrição da própria formulação de Kafka como uma máquina abstrata, como um diagrama das relações de força, entretanto, já não se trata de uma entidade evanescente, mas do exercício de uma enunciação política, de uma minoração da língua maior, de uma desterritorialização molecular das concreções de poder. Antes, contudo, de desenvolvermos essa linha de raciocínio, convém examinar mais de perto as reflexões de Foucault sobre poder disciplinar.

2.3 Disciplina e Panoptismo

Se, em *A arqueologia do Saber*, Foucault empreende uma discussão sobre os problemas epistemológicos levantados em trabalhos anteriores e propõe, então, uma “pragmática dos enunciados” que articula as regularidades anônimas das formações discursivas e as condições de exercício da função enunciativa, em *Vigiar e Punir*, já nas linhas iniciais, uma série de postulados, derivados de posições definidas em *A arqueologia do Saber*, são retomados para pensar uma “microfísica do poder”, uma “anátomo-política”, noções nucleares do livro. O primeiro deles é a indissociabilidade entre saber e poder:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode se desenvolver fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa se tornar sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder/saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinariam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2014, p. 31)

Não se trata, portanto, aqui, de pensar saber e poder como domínios autônomos, mas de pensá-los num marco de indissociabilidade, como um “saber-poder”. Outras questões também são retomadas: como já discutimos no tópico anterior, por um lado, abdica-se do “primado do sujeito” como lugar legítimo de produção do saber, por outro lado, renuncia-se ao poder concebido como propriedade, seja de uma classe dominante, seja do Estado, como algo que opõe dominantes e dominados. Nesse sentido, a oposição violência-ideologia fica relegada a um segundo plano:

Analisar o investimento político do corpo e a microfísica do poder supõe então que se renuncie – no que se refere ao poder – à oposição violência-ideologia, à metáfora da propriedade, ao modelo do contrato ou ao da conquista; no que se refere ao saber, que se renuncie à oposição do que é “interessado” e do que é “desinteressado”, ao modelo do conhecimento e ao primado do sujeito. Dando à palavra um sentido diferente do que lhe era dado no século XVII por Petty e seus contemporâneos, poder-se-ia sonhar com uma “anatomia” política. Não seria o estudo de um Estado tomado como um

“corpo” (com seus elementos, seus recursos e suas forças), mas não seria tampouco o estudo do corpo e do que lhe está conexo tomados como um pequeno Estado. Trataríamos aí do “corpo político” como o conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber. (FOUCAULT, 2014, p. 31)

A aceitação dessas condições e a suspensão de algumas categorias analíticas, então, usuais, abrem caminho para a elaboração de uma genealogia do poder, isto é, para o exame de um modelo de exercício de poder que prevalece na modernidade: a “disciplina”. Foucault inicia a discussão, em *Vigiar e Punir*, a partir de dois exemplos de punição: o primeiro caracteriza o sistema penal nos regimes monárquicos, o suplício; o segundo, os regimes de ordenação do corpo social nas sociedades industriais, a disciplina. Examinam-se, inicialmente, os relatos, publicados na *Gazette d'Amsterdam*⁴, sobre o suplício do parricida Damiens, ocorrido em meados do século XVIII, e, logo em seguida, os regulamentos para “Casa dos jovens detentos de Paris” elaborado por Faucher⁵. Tais exemplos permitem, segundo o autor, identificar, num curto período, mudanças radicais no sistema punitivo:

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na Praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 2014, p. 9)

Esse “quadro” proemial, estudado, mais detalhadamente, no segundo capítulo da primeira parte do livro, permite isolar algumas características do suplício. Trata-se, pois, de um modelo penal que consistia não apenas em uma execução pública, cuja finalidade seria divulgar “a verdade” da culpa, colocando em evidência a infâmia do crime cometido, tanto através das confissões públicas quanto dos castigos (Damiens, por exemplo, teve que segurar a faca com a qual cometeu o parricídio, enquanto sua mão era queimada com fogo de enxofre), mas também de um modelo que se configurava como representação de um castigo que devia exceder o horror do delito, não havendo, com isso, proporcionalidade entre a pena e a punição. Isso porque esse

⁴ *Pièces originales et procédures du procès fait à Robert-François Damiens. 1757, t. III, p. 372-374.* ⁵ FAUCHER, L. *De la réforme des prisons.* 1838, p. 274-282.

espetáculo possuía uma função “jurídico-política”, devendo, em seu caráter ostensivo, manifestar a superioridade do soberano ultrajado pelo crime em relação ao delinquente, de tal forma que a desproporção entre o delito e a punição deveria evidenciar a desproporção dessa relação hierárquica:

E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível. (FOUCAULT, 2014, p. 37)

Foucault destaca, entretanto, que o horror da punição não era consequência do acaso ou das vontades do carrasco, não era, portanto, nem “irregular nem selvagem”. Tratava-se, pois, de técnicas altamente reguladas que eram impostas ao condenado de acordo com a gravidade do crime e que deveriam produzir, de forma gradativa, uma quantidade exata de dor, retendo, durante esse processo, a “vida no sofrimento”:

O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. Há um código político da dor: a pena, quando é suplicante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou em bloco: ela é calculada de acordo com regras detalhadas, número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda (o tribunal decide se é o caso de estrangular o paciente imediatamente, em vez de deixá-lo morrer, e ao fim de quanto tempo esse gesto de piedade deve intervir), tipo de mutilação a impor (mão decepada, lábios ou língua furados). (FOUCAULT, 2014, p. 37)

A punição controlada, porém, estava sujeita a contratempos, seja uma reação inesperada do público, sejam os acidentes ocorridos no procedimento de punição, como no caso de Damiens, no momento em que os cavalos deveriam desmembrá-lo. Suas pernas e braços, atados a cordas que ligavam cada membro a um cavalo, deveriam ser arrancados, contudo, os cavalos, inadequados à tração, não conseguiram esquarterá-lo:

Os cavalos deram uma arrancada, puxando cada qual um membro em linha reta, cada cavalo segurado por um carrasco. Um quarto de hora mais tarde, a mesma cerimônia, e enfim, após várias tentativas, foi necessário fazer os cavalos puxar da seguinte forma: os do braço direito à cabeça, os das coxas voltando para o lado dos braços, fazendo-lhe romper os braços nas juntas. Esses arrancos foram repetidos várias vezes, sem resultado. Ele levantava a cabeça e se olhava. Foi necessário colocar dois cavalos, diante dos atrelados às coxas, totalizando seis cavalos. Mas sem resultado algum. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

Ao abordar o suplício, Foucault não apenas demonstra que sua prática era orientada por técnicas altamente reguladas, ainda que sujeitas a contratempos, mas também demonstra que essa prática dependia de seu aspecto “ostensivo”, ou seja, do teatro que, montado para publicizar a vergonha do crime, deveria fortalecer a imagem do soberano diante dos súditos, de tal forma que sua imagem, ultrajada pelo crime, fosse restaurada.

O segundo exemplo mobilizado, o regulamento da “Casa de jovens detentos de Paris”, ilustra um novo modelo de prisão, instaurado cerca de trinta anos depois, na França. O documento em questão prescreve a rotina dos detentos:

Art. 18 – *Levantar*. Ao primeiro rufar do tambor, os detentos deverão levantar-se e vestir-se em silêncio, enquanto o vigia abre as portas das celas. Ao segundo rufar, devem estar de pé e fazer a cama. Ao terceiro, põem-se em fila por ordem para irem à capela fazer a oração da manhã. Há cinco minutos de intervalo entre cada rufar.

Art. 19 – A oração é feita pelo capelão e seguida de uma leitura moral ou religiosa. Esse exercício não deve durar mais de meia hora.

Art. 20 – *Trabalho*. Às cinco e quarenta e cinco no verão, às seis e quarenta e cinco no inverno, os detentos descem para o pátio onde devem lavar as mãos e o rosto, e receber uma primeira distribuição de pão. Logo em seguida, formam-se por oficinas e vão ao trabalho, que deve começar às seis horas no verão e às sete horas no inverno.

Art. 21 – *Refeições*. Às dez horas os detentos deixam o trabalho para se dirigirem ao refeitório; lavam as mãos nos pátios e formam por divisão. Depois do almoço, recreio até às dez e quarenta.

Art. 22 – *Escola*. Às dez e quarenta, ao rufar do tambor, formam-se a fila, e todos entram na escola por divisões. A aula dura duas horas, empregadas alternativamente na leitura, no desenho linear e no cálculo. (FOUCAULT, 2014, p. 12)

Se, por um lado, o suplício deveria restaurar a imagem do soberano, demonstrando seu poder aos súditos, o novo regime prisional, por outro lado, permite descrever o poder disciplinar como uma técnica em que a relação de ostentação não é mais pertinente, trata-se, agora, de um poder “extensivo”, que permite controlar discretamente o tempo e os movimentos do detento.

Nesse ponto, o argumento de Foucault passa a focalizar a descrição da disjunção entre o “suplício espetacular” e a “disciplina”. Nesse processo, “as caracterizações da infâmia são redistribuídas” (p. 14): se, nos suplícios, a encenação do horror envolvia tanto o agente da justiça, o carrasco, quanto o infrator, os dispositivos “disciplinares”, por sua vez, caracterizam-se pela operação de “mecanismos administrativos” que acabariam desvencilhando as instâncias da justiça da execução da pena. Nessa dinâmica, as práticas punitivas tornam-se cada vez mais veladas. Uma série de “técnicos”, os médicos, os psiquiatras, os agentes penitenciários, passam a ser os responsáveis pela tarefa de corrigir os indivíduos, de observá-los, de reconduzi-los aos padrões, sempre esquivos, de normalidade, garantindo que a justiça seja efetiva e que seu

objetivo, o bem mais “elevado” (FOUCAULT, 2014, p. 16), já não seja a vingança do soberano, mas a defesa da sociedade.

Esse “mecanismo administrativo” ganha força, sobretudo, a partir do aparecimento de técnicas disciplinares de sujeição que não atuam, necessariamente, através da violência e que instauram uma nova política de controle dos corpos individuais. Na terceira parte do livro, dedicada exclusivamente às disciplinas, Foucault desenvolve essa discussão sobre as novas técnicas de sujeição:

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. (FOUCAULT, 2014, p. 30)

Antes de detalhar essas novas técnicas, Foucault, reconhecendo que o corpo sempre foi alvo do poder, ressalta que, nesse momento, ele passa a ser tratado como algo que se fabrica e que essa fabricação envolve, basicamente, três especificidades: a escala, o objeto e a modalidade de controle.

A “escala” é descrita como uma minúcia técnica, “poder infinitesimal” sobre os corpos, que permite, ao mesmo tempo, trabalhá-los em massa e individualmente, nos mínimos detalhes: gestos, postura, atitude, rapidez. O objeto do controle, por seu turno, é concebido não mais como o comportamento do condenado, mas como a eficácia dos seus movimentos, sua economia e sua organização interna. Por fim, a “modalidade de controle” corresponde a uma “coerção constante”, uma coerção “sem folga”, que, exercida através de uma codificação, tem como principal finalidade esquadrihar “ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos”. Todos esses aspectos convergem para uma relação de sujeição que pressupõe a “majoração das forças produtivas”, por um lado, e, por outro, a docilidade, o que, por sua vez, favorece o aprofundamento da sujeição. Trata-se, então, de uma relação de docilidade-utilidade:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que

façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Além da prisão, são encontrados no exército, na escola, no convento, na fábrica e no hospital os exemplos mais contundentes do uso de tais técnicas, que, generalizadas na sociedade moderna, definem uma “anatomia política” e uma nova “mecânica do poder”. Elas são divididas em duas categorias, a primeira são as “técnicas de organização”, e a segunda, os procedimentos para o “bom adestramento”.

As técnicas de organização, que tinham como função transformar “multidões confusas, inúteis e perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2014, p. 145), são subdivididas em: “localização dos corpos no espaço”, “controle da atividade”, “organização das gêneses” e “composição das forças”. A “localização dos corpos no espaço” é concebida como regra funcional, isto é, como princípio de organização que codifica os espaços institucionais, definindo posições que não apenas satisfazem a necessidade de vigiar, mas, também, permitem o rompimento de “contatos perigosos”. Sobre o “controle da atividade”, o exemplo mais contundente encontra-se no exército. Se, por um lado, há a divisão das atividades, fracionando, desse modo, o tempo, para torná-lo integralmente útil, por outro lado, há, também, a “elaboração temporal do ato”: divisão temporal dos gestos e dos movimentos, decomposição que fornece precisão aos movimentos. Esse fracionamento do tempo e dos atos viabiliza não apenas a correlação dos gestos com outros, impondo uma atitude global do corpo, como também a articulação com outros corpos e objetos, garantindo, então, mais eficácia e rapidez aos movimentos, para que se alcance os objetivos previstos. A “organização das gêneses”, por sua vez, é descrita como uma capitalização do tempo dos indivíduos, ou seja, ela intensifica a fragmentação do tempo, dispondo atividades sucessivas e organizando sequências de acordo com um esquema analítico. Nesse caso, os indivíduos são distribuídos em “séries” de acordo com suas capacidades, de tal forma que seja possível não apenas exercer um controle detalhado das suas atividades, mas também fazer intervenções pontuais, a fim de que a “progressão” dentro das séries permita majorar as capacidades. As novas técnicas de organização das gêneses, segundo Foucault, estão atreladas às noções de “evolução” e de “progresso”:

Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo “evolutivo”. Ora, é preciso lembrar que no mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de progresso. (FOUCAULT, 2014, p. 157)

Por fim, com relação à composição das forças, técnica desenvolvida, principalmente, no âmbito do exército, considera-se que uma unidade maior, como um batalhão, por exemplo, teria passado a funcionar como uma espécie de máquina. Composta por forças menores, elas se deslocariam “em relação umas às outras para chegar a uma configuração e obter um resultado específico” (FOUCAULT, 2014, p. 160). Nesse contexto, o “corpo singular”, organizado através da aplicação das técnicas disciplinares, ao ser articulado com outros, formam uma “composição de forças”, assegurando, então, a obediência das massas ao mínimo “sinal”.

Até aqui foram descritas as “técnicas de organização”, tratemos, agora, os aspectos relativos ao “bom adestramento”. Nesse caso, são descritos três procedimentos elementares: “a vigilância hierarquizada”, “a sanção normalizadora” e “o exame”.

A “vigilância hierarquizada” corresponde a um conjunto de técnicas em que o jogo de luz é essencial. Trata-se, em tal caso, de ocultar o olhar que vigia e tornar visível aquele que é vigiado. Assim, a eficácia do controle demanda uma arquitetura adequada, como veremos, adiante, na discussão sobre o modelo arquitetural proposto por Bentham. Ainda que a vigilância não seja uma técnica recente, ela se integra à disciplina:

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. (FOUCAULT, 2014, p. 174)

Nesse jogo, a vigilância hierarquizada se torna, ao mesmo tempo, uma peça do aparelho de produção e uma “engrenagem específica do poder disciplinar”, ou seja, a disciplina produz um sistema que justapõe a fiscalização e o exercício de poder, configurando-se, em última instância, como um poder extensivo, múltiplo, automático e anônimo que percorre todos os segmentos do corpo social. Se, por um lado, tem-se “a vigilância hierarquizada”, que atribui um caráter extensivo à disciplina, configurando-a como um mecanismo funcional e automático, por outro lado, há um procedimento técnico que agrega às instituições disciplinares “uma maquinaria de controle”, funcionando “como microscópio do comportamento [...]” (p. 170): trata-se da “sanção normalizadora”. Sua função é distribuir “infrapenalidades”, a fim de corrigir os comportamentos desviantes:

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência),

dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (FOUCAULT, 2014, p. 175)

São instaurados, então, processos sutis de punição que compreendem desde o castigo físico até humilhações, mas que, em contrapartida, qualificam os “bons comportamentos”. Nesse sentido, a disciplina traz consigo um sistema de penalidades baseado na dupla articulação “gratidão-sansão”, separando os “bons”, enquanto os recompensa, dos “maus”, enquanto os pune.

Por fim, o último procedimento que integra as técnicas para “o bom adestramento” é “o exame”. Ele é uma peça fundamental para as instituições disciplinares, pois conjuga tanto as técnicas da vigilância hierárquica, quanto as da sanção normalizadora, produzindo uma certa circularidade no conjunto dos procedimentos de controle, uma vez que permite, através da vigilância e da sanção, qualificar, classificar e punir, indefinidamente, promovendo sempre a atualização dos mecanismos disciplinares. Para Foucault, trata-se de um ponto fulcral da articulação complexa entre saber e poder:

O exame combina técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos da disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos da disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 2014, p. 181)

Nesse caso, os modelos estudados são o hospital e a escola. Em meados do século XVIII, a inspeção começa a se tornar cada vez mais frequente na rotina hospitalar, colocando o paciente em um processo contínuo de exame. Isso provoca uma mudança radical no funcionamento das instituições de saúde: o hospital deixa de ser um lugar que fornecia assistência, e passa a ser um lugar “de aperfeiçoamento científico”. Com isso, o “aprendizado” se torna um dos fatores “permanentes” em seu sistema, na medida em que promove, constantemente, a renovação dos saberes e o aperfeiçoamento dos métodos. Na escola, o exame também passou a ter sua importância, pois, enquanto autoriza o mestre “transmitir o saber”, possibilita um levantamento de dados sobre seus alunos:

O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. Enquanto que a prova com que terminava um aprendizado na tradição corporativa validava uma aptidão adquirida – a “obra-

prima” autenticava uma transmissão de saber já feita – o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. (FOUCAULT, 2014, p. 183)

Ademais, o procedimento do “exame” não apenas assegura à disciplina sua atualização, como também faz a “individualidade” entrar num sistema de vigilância através de registros e de “acumulação documentária”, permitindo, por conseguinte, através desses dados, “classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas” (FOUCAULT, 2014, p. 186). Esse sistema de classificação gera duas consequências: coloca o indivíduo na condição de objeto analisável e comparável e, ao mesmo tempo, o posiciona como algo que deve ser treinado, normalizado, excluído etc. Nesse sentido, seria, então, o exame o responsável por tornar o indivíduo correlato de um saber e de um poder:

Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente. (FOUCAULT, 2014, p. 188)

Por fim, por meio da análise das técnicas disciplinares e, sobretudo, por meio da análise do “exame”, Foucault constata que as tecnologias de poder forjadas nos regimes disciplinares não podem ser satisfatoriamente descritas apenas em função de seus efeitos negativos, elas não apenas “recalam”, “escondem”, “mascaram”, mas têm como principal função “produzir” produzem campos de objetos, produzem corpos, indivíduos, conhecimentos e, em última instância, produzem “realidade”.

Dois exemplos de programas disciplinares arrematam a exposição de Foucault: o primeiro é um programa controle sanitário, o outro, um modelo arquitetônico, o “panóptico”. A exposição do primeiro exemplo explora um regulamento do fim do século XVII sobre os protocolos sanitários que deveriam ser adotados em uma cidade assolada pela peste:

A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda a parte: “Um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem”, corpos de guarda nas portas, na prefeitura e em todos os bairros para tornar mais pronta a obediência do povo, e mais absoluta a autoridade dos magistrados, “assim como para vigiar todas as desordens, roubos e pilhagens”. Às portas, postos de vigilância; no fim de cada rua, sentinelas. Todos os dias, o intendente visita o quarteirão de que está encarregado, verifica se os síndicos cumprem suas tarefas, se os habitantes têm

queixas; eles “fiscalizam seus atos”. Todos os dias também o síndico passa na rua por que é responsável; para diante da casa; manda colocar todos os moradores às janelas (os que habitassem nos fundos teriam designada uma janela dando para a rua onde ninguém mais poderia se mostrar); chama cada um por seu nome; informa-se do estado de todos, um por um – “no que os habitantes serão obrigados a dizer a verdade, sob a pena de morte”; se alguém não se apresentar à janela, o síndico deve perguntar a razão: “Ele assim descobrirá facilmente se escondem mortos ou doentes”. Cada um trancado em sua gaiola, cada um à sua janela, respondendo a seu nome e se mostrando quando é perguntado, é a grande revista dos mortos e dos vivos. (FOUCAULT, 2014, p. 190-191)

Um espaço recortado por células individualizantes, vigiado por todos os lados, um controle extensivo das massas para que a peste não se propague, uma sistemática rigorosa para avaliar diariamente os moradores, um a um, para mantê-los obedientes às ordens estipuladas e para registrar todas as atividades, eis o exemplo, ainda compacto e hermético, de exercício de poder de tipo disciplinar. Através de coerções pouco sutis, sua função se reduz ao combate de um único mal:

Num caso, uma situação de exceção: contra um mal extraordinário, o poder se levanta; torna-se em toda parte presente e visível; inventa novas engrenagens; compartimenta, imobiliza, quadricula; constrói, por algum tempo, o que é ao mesmo tempo a contracidade e a sociedade perfeita; impõe um funcionamento ideal, mas que no fim das contas se reduz, com o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte: o que se mexe traz a morte, e se mata o que se mexe. (FOUCAULT, 2014, p. 198)

Embora mais de um século separe o episódio da peste e a invenção do panóptico, os dois modelos traduzem, de acordo com Foucault, os princípios da disciplina. O exemplo do dispositivo arquitetural, entretanto, vai além: ele corresponde ao “diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal” (FOUCAULT, 2014, p. 199). Pensado no século XVIII, por Jeremy Bentham, o panóptico é um dispositivo de vigilância ininterrupta. Para atingir esse objetivo, seu desenho demanda uma forma circular: na parte periférica estão situadas celas, divididas por paredes, fechadas frontalmente por grades voltadas para o interior do edifício; no centro, situa-se uma torre de alvenaria vazada por janelas, e essas janelas, por sua vez, são recobertas por persianas. No interior da torre, há uma sala com “separações que a cortam em ângulo reto e, para passar de um canto a outro, não [há] portas, mas biombos” (p. 195). Na parte externa, há luzes instaladas que são projetadas em direção às celas.

A disposição das celas priva o encarcerado da visibilidade das células laterais e impõe a visão apenas da torre central. O efeito de contraluz, por seu turno, expõe o preso e oculta quem está na torre, favorecendo uma vigilância minuciosa e anônima. Trata-se de uma disposição estratégica, que atribui ao poder disciplinar a capacidade “ver sem ser visto”, de tornar “visível”,

permanecendo “inverificável”: “visível”, na medida em que o vigia pode ver o encarcerado; “inverificável”, na medida em que a composição dos elementos impossibilita a verificação, por parte do condenado, da presença do vigia. Esse efeito, “ver sem ser visto”, duplica o poder: o “desindividualiza”, já que “um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina” (FOUCAULT, 2014, p. 196), e o automatiza, uma vez que sua operação ou, mais precisamente, o seu efeito independe da presença ou da ausência do vigia, provocando, no encarcerado, a sensação de estar sempre sendo observado. Potencializa-se, com isso, um dos objetivos mais importantes do poder disciplinar: o de fabricar corpos dóceis e úteis.

Esse mecanismo, altamente versátil, admite múltiplas aplicações, assim como a integração de diversas funções, a depender de seus objetivos: se for uma prisão, serve para “reabilitar” os prisioneiros; se for um hospital, serve para “cuidar” dos doentes, se for uma escola, serve para “instruir” os alunos, se for um hospício, serve para enclausurar os loucos, se for uma fábrica, serve para tornar a produção mais ágil:

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição de centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado. (FOUCAULT, 2014, p. 199)

Seu caráter funcional, no entanto, não se restringe à fabricação de corpos “dóceis e úteis”, uma vez que, sob outra perspectiva, o panóptico pode funcionar também como um laboratório e, nesse caso, sendo escola, coloca-se a serviço do desenvolvimento de técnicas pedagógicas, sendo hospital, permite a experimentação de procedimentos clínicos, sendo prisão, propicia a investigação de protocolos de reabilitação etc. Nesse sentido, o modelo panóptico de Bentham constitui-se também como um mecanismo eficaz de observação e de experimentação, promovendo, com isso, a atualização contínua de suas próprias estratégias de controle, tornando-as cada vez mais sutis e mais “leves”.

O panóptico implica, ademais, um modelo de enclausuramento parcial: trata-se de um sistema fechado que “não exclui uma presença permanente do exterior”, ele é, então, um dispositivo “democraticamente controlado”, uma vez que prevê inspeções, avaliações, inibindo que seu mecanismo se “degenere em tirania”:

Na realidade, qualquer instituição panóptica, mesmo que seja tão cuidadosamente fechada quanto uma penitenciária, poderá sem dificuldade ser submetida a essas inspeções ao mesmo tempo aleatórias e incessantes: e isso não só por parte dos controladores designados, mas por parte do público: qualquer membro da sociedade terá direito de vir constatar com seus olhos como funcionam as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões. Não há, conseqüentemente, risco de que o crescimento de poder devido à máquina panóptica possa degenerar em tirania, pois será sem cessar acessível “ao grande comitê do tribunal do mundo”. (FOUCAULT, 2014, p. 200-201)

O panóptico estabelece, portanto, uma conjunção dos princípios da disciplina, fazendo funcionar, por um lado, “relações de poder numa função” e, por outro, atribuindo “uma função para as relações de poder” (p. 200). Distinguindo-se da cidade pestilenta, que se configura como um modelo hermético e ligado a finalidades precisas, a figura arquitetural do panóptico permite que “a disciplina” seja descrita como um sistema generalizado que, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, passa a afetar extensivamente o corpo social. É nesse sentido que Foucault fala de um “panoptismo”, ou seja, da “fachada de um método geral”:

Realizou-se uma generalização disciplinar, atestada pela física benthamiana do poder, no decorrer da Era Clássica. Comprova-o a multiplicação das instituições da disciplina, com sua rede que começa a cobrir uma superfície cada vez mais vasta, e principalmente a ocupar um lugar cada vez menos marginal; o que era a ilha, local privilegiado, medida circunstancial ou modelo singular, torna-se fórmula geral; as regulamentações características dos exércitos protestantes e piedosos de Guilherme de Orange ou de Gustavo Adolfo se transformaram em regulamentos para todos os exércitos da Europa; os colégios modelos dos jesuítas, ou as escolas de Batencour e de Demia, depois da Sturm, esboçam as formas gerais da disciplina escolar; a ordem estabelecida nos hospitais marítimos e militares serve de esquema para toda a reorganização hospitalar do século XVII. (FOUCAULT, 2014, p. 202-203)

A disciplina começa, desse modo, a se “desinstitucionalizar”, a se decompor em formas mais “livres”, penetrando nas mais diversas relações humanas e tornando-se, com isso, capaz de “definir relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (p. 198). “Extensivo”, “atomizado”, “infinitesimal”, o poder disciplinar, que se instaura, inicialmente, na prática efetiva das instituições, sejam elas educacionais, médicas ou penais, nos processos de “adestramento” e de “reabilitação”, passa, sub-repticiamente, a recobrir todo o campo social:

Pode-se falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de “quarentena” social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do “panoptismo”. Não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-as às vezes, mas servindo-lhe de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os seus efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder. (FOUCAULT, 2014, p. 209)

O poder disciplinar aparece como um conjunto de técnicas que emergem, portanto, no

“subsolo” das formalidades legais e dos direitos individuais que legitimam os sistemas políticos de representatividade, fundando, na base desse sistema representativo que garante a “liberdade”, formas de coerção e submissão sutis, estabelecendo, desse modo, uma “sociedade disciplinar”.

Se, anteriormente, Foucault destaca a importância do “exame” para a atualização dos mecanismos da disciplina, nas linhas finais dessa discussão, ele o posiciona como uma peça basilar das sociedades disciplinares. Assim como o “inquérito” que, na Idade Média, foi incorporado ao sistema judiciário, transformando-se num lugar de estabelecimento da “verdade” e derivando-se, posteriormente, em saberes que fundamentam a descrição de eventos e o estabelecimento de “fatos”, o “exame”, nas sociedades modernas, é entendido como um elemento central para tornar a disciplina “infinita”:

O ponto ideal da penalidade hoje seria a disciplina infinita: um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado, o amolecimento calculado de uma pena ligada à curiosidade implacável de um exame, um procedimento que seja ao mesmo tempo a medida permanente de um desvio em relação a uma norma inacessível e o movimento assintótico que obriga a encontrá-la no infinito. (FOUCAULT, 2014, p. 218-219)

Nesse ponto, à guisa de conclusão desse excerto, cabe em primeiro lugar, retomar, ainda que pontualmente, a importância de *Vigiar e Punir* na resolução de uma aporia que era enunciada apenas “negativamente”: o papel do “não discursivo” no âmbito da “pragmática dos enunciados”; e, em segundo lugar, devemos vincular, ainda que de forma preliminar, a discussão estabelecida neste tópico com o objeto da pesquisa, ou seja, esboçar as possíveis correlações entre a genealogia do poder, exposta por Foucault, e a figuração dos mecanismos de poder descritos na novela de Kafka.

Em *A arqueologia do Saber*, como foi tratado, Foucault empreende um exame crítico dos fundamentos epistemológicos que, até então, vigoravam na noção de discurso, propondo uma abordagem que permite pensá-lo como uma prática que envolve relações discursivas e não-discursivas, que compreendem, nesse sentido, “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço” e que definem, em um momento histórico bastante preciso, “as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2012, p. 143-144; 2008, p. 136). São descritos, desse modo, por um lado, acontecimentos históricos e técnicas sociais estatutárias que permitem a emergência de um discurso, por outro, práticas discursivas que modificam esses acontecimentos.

No entanto, aquilo que abrange a prática não-discursiva e que aparecia negativamente em *A arqueologia do saber* converte-se, em *Vigiar e Punir*, no ponto nuclear da reflexão de Foucault: o poder disciplinar. No referido trabalho, esse tema não se dissocia das reflexões sobre o saber, mas, de outro modo, eles são pensados indissociavelmente. Dispositivos de poder que empregam e produzem as regularidades do saber, legitimando-se; dispositivos de saber que empregam e produzem dispositivos de poder, legitimando-se. As conclusões a que nós chegamos, ao final desta discussão, é que o procedimento do “exame” parece ser decisivo nessa articulação, ao promover essas circularidades nos processos de produção de saber e de exercício de poder.

Finalmente, ao estabelecermos aproximações entre as discussões feitas até o presente momento e a novela *Na colônia penal*, observamos que aspectos dos dois tipos de exercício de poder, descritos por Foucault, aparecem no mecanismo descrito na narrativa. Notamos, num primeiro momento, a encenação de um suplício maquínico, ou seja, a figuração das relações de poder ali elaborada descreve, a princípio, um suplício, um espetáculo penal, entretanto, por seu automatismo maquínico, essa narrativa implica a supressão da operação artesanal do carrasco, aspecto fundamental na caracterização dos regimes óticos de penalidade⁵. O corpo do condenado, por sua vez, aparece, ali, duplamente normalizado: a inscrição letal da norma jurídica, “honra os teus superiores”, sobrepõe-se à docilidade de um comportamento “canino”, ou seja, a punição corporal, nesse caso, redobra a punição incorpórea impetrada pelo dispositivo ótico⁶. Esses dois elementos, poderíamos arrolar outros, revelam um domínio de intersecção entre regimes de visibilidade incongruentes, implicando, conseqüentemente, embates entre formações discursivas heterogêneas.

A impossibilidade de perpetuação de um regime despótico de visibilidade apresenta-se, nessa novela, como consequência do embate entre as posições discursivas desempenhadas, de um lado, pelo oficial, último adepto do “aparelho singular”, de outro, pelo observador estrangeiro, impassível diante da defesa do modelo “automático” de penalidade praticado na colônia. A coerência irredutível das posições discursivas tem consequências diretas sobre o

⁵ “Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva.” (FOUCAULT, 2014, p. 16)

⁶ “Momento importante. O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos. Novo personagem entra em cena, mascarado. Terminada uma tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis. O aparato da justiça punitiva tem que ater-se, agora, a esta nova realidade, realidade incorpórea.” (FOUCAULT, 2014, p. 21)

“agenciamento concreto” encenado na novela, uma vez que a peripécia nuclear é forjada como desdobramento de um conflito entre formações discursivas, nos termos de Foucault, emergência de um ponto de difração, de uma ruptura no campo do saber que rearticula as relações concretas de poder: o oficial, depois de ouvir o parecer do observador, interrompe a operação, liberta o condenado e submete-se ao aparelho de execução, sob uma emblemática inscrição: “seja justo”.

Se *O processo* erige a figura de um regime disciplinar com traços arcaicos, *Na colônia penal* compõe uma espécie de negativo dessa imagem: a figura de um regime despótico com traços disciplinares. Não se trata, contudo, de expor uma “evolução” dos sistemas penais ou, mais amplamente, dos modos de ordenação do corpo social, o que importa, em ambos os casos, são as possibilidades de colocar em evidência um mecanismo difuso de coerção. Não há dicotomia entre opressores e oprimidos, não há, portanto, uma crítica representacional das estruturas sociais. No lapso que preside a reciprocidade dissonante entre a prática e o discurso, nesse “não lugar”, as relações moleculares de poder compõem, ora, vetores de concreção despótica, ora, linhas de fuga que têm a capacidade de desestabilizá-las, compõem, ora, regimes de signos estratificados, ora, agenciamentos coletivos de enunciação que têm a capacidade de implodir os sistemas convencionados de representação.

Por fim, cabe assinalar que, tendo em vista a discussão até aqui empreendida, no próximo capítulo iremos considerar o impacto desses dois trabalhos de Foucault no pensamento de Deleuze, não apenas na formulação das noções de “máquina abstrata” e de “agenciamento”, mas também na leitura política que ele propõe da obra de Kafka e na formulação da noção de “literatura menor”. Como veremos, em *Foucault*, ao empreender uma leitura de *Vigiar e Punir*, Deleuze chega à conclusão de que, esse trabalho, além de erigir uma nova abordagem das relações entre o “visível” e o “enunciável”, conclusão que se apoia principalmente no capítulo sobre o “panoptismo”, supera o dualismo “discursivo e o não-discursivo”, tendo sido capaz de descrever uma “matéria não formalizada”, isto é, “o diagrama das relações de forças”. Esse “diagrama” seria a causa imanente responsável pela atualização das duas dimensões do “agenciamento”: concreta e enunciativa.

3. FOUCAULT-DELEUZE

De acordo com Alessandra Pombo Nabais (2009), em *A dobra Deleuze-Foucault*, há dois registros dos impactos causados pelas discussões sobre a “pragmática dos enunciados” e sobre a “anátomo-política”, propostas por Foucault, no pensamento de Deleuze, trata-se, pois, de dois artigos publicados na revista *Critique*. Enquanto o primeiro texto, publicado em 1971, retomava as reflexões desenvolvidas sobre *A arqueologia do saber*, o segundo texto, por seu turno, publicado em 1975, correspondia a um estudo dedicado à nova concepção das relações de poder que havia sido elaborada por Foucault em *Vigiar e Punir*. Como aponta a autora, os textos mencionados têm “um valor arqueológico raro”:

Os primeiros textos, os publicados em *Critique* e reformulados em 1986 como capítulos iniciais do livro *Foucault*, têm um valor arqueológico raro. Informam-nos sobre a muito singular recepção por Deleuze de *Arqueologia do Saber* e de *Vigiar e Punir*. E esta informação refere-se, de novo, mais do que à compreensão luminosa e ao mesmo tempo fraternal destes dois monumentos dos anos 70, ao desenvolvimento do pensamento do próprio Deleuze. (p. 72)

De fato, pode-se verificar que os textos de Deleuze referidos por Nabais utilizam elementos derivados das leituras de *A arqueologia do Saber* e de *Vigiar e Punir* na formulação inicial das noções de *agenciamento* e de *máquina abstrata*. Há também, um terceiro trabalho, referido por Nabais, que testemunha a presença das análises de Foucault no desenvolvimento de tais noções, trata-se de *Kafka: para uma literatura menor*, obra publicada em 1975, em que a noção de agenciamento é empregada a fim de sustentar a hipótese nuclear: a saturação política do enunciado ficcional, a literatura menor.

A fim de compreender, com maior precisão, esse aparato crítico, empenhamo-nos, agora, no exame das formulações iniciais das noções de agenciamento e de máquina abstrata, elaboradas, em 1975, em “Um novo cartógrafo (*Vigiar e Punir*)” e em *Kafka: para uma literatura menor*. Em seguida, examinaremos a noção de “literatura menor”, proposta também nesse último trabalho.

3.1 Dispositivo e diagrama; agenciamento maquínico e máquina abstrata

No artigo de Deleuze sobre *Vigiar e Punir*, o termo agenciamento é empregado, pela primeira vez, em uma descrição do panoptismo, concebido, então, como a articulação entre um domínio concreto, relativo ao visível, e um domínio abstrato, que “atravessa todas as funções enunciáveis”. Essa articulação entre o visível e o enunciável, ou seja, entre os mecanismos de ordenação do corpo social, “agenciamentos luminosos”, e as regularidades anônimas que delimitam o exercício das funções enunciáveis, “formação discursiva”, passa a ser descrita, pelo autor, sob a perspectiva de uma causa imanente: relações infinitesimais de poder, diagrama de forças. Essa “nova dimensão informe” será denominada “máquina abstrata”:

Quando Foucault define o panoptismo, ora ele o determina concretamente, como agenciamento ótico ou luminoso que caracteriza a prisão, ora abstratamente, como uma máquina que não apenas se aplica a uma matéria visível (oficina, quartel, escola, hospital, tanto quanto a prisão), mas atravessa geralmente todas as funções enunciáveis. A fórmula abstrata do panoptismo não é mais, então, “ver sem ser visto”, mas impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer. Especificase apenas que a multiplicidade considerada deve ser reduzida, tomada num espaço restrito, e que a imposição de uma conduta se faz através da repartição no espaço-tempo... É uma lista indefinida, mas que se refere sempre a matérias não formadas, não organizadas, e funções não formalizadas, não finalizadas, estando as duas variáveis indissolivelmente ligadas. Como denominar essa nova dimensão informe? Foucault deu-lhe certa vez o nome mais exato: é um diagrama [...] É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre conteúdo e expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase surda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. (DELEUZE, 2013, p. 43-44)⁷

Nesse ponto, começa a configurar-se uma relação de causalidade entre as máquinas abstratas e os agenciamentos, entre os diagramas e os dispositivos. As relações infinitesimais de poder aparecem, então, como “causa que se atualiza em seu efeito” (DELEUZE, 2013, p. 46), ou seja, os agenciamentos concretos, que envolvem, numa relação de reciprocidade sem correspondência, nem conformidade, tanto o enunciável quanto o visível, configuram-se como atualização do mapa de relações de força, como atualização de relações moleculares de poder, como causa imanente:

⁷ O termo diagrama, nuclear na leitura de Deleuze, só ocorre duas vezes no texto de *Vigiar e punir*. Uma delas refere-se à disposição dos acampamentos e pode ser considerada secundária para a perspectiva elaborada por Deleuze. Enfim, amplifica-se radicalmente o alcance da noção de diagrama, de tal forma que ela possa dar sustentação as considerações iniciais a propósito da “máquina abstrata”.

É precisamente porque a causa imanente ignora as formas, tanto em suas matérias quanto em suas funções, que ela se atualiza segundo uma diferenciação central que, por um lado, formará matérias visíveis, por outro, formalizará funções enunciáveis. Entre o visível e o enunciável uma abertura, uma disjunção, mas essa disjunção das formas é o lugar, o “não lugar”, diz Foucault, onde penetra o diagrama informal, para se encarnar nas duas direções necessariamente divergentes, diferenciadas, irreduzíveis uma à outra. Os agenciamentos concretos são, portanto, fendidos pelo interstício através do qual se efetua a máquina abstrata. (DELEUZE, 2013, p. 47-48)

Deleuze identifica, em *Vigiar e Punir*, o ponto de superação de um “dualismo aparente” que “assombrava” os livros anteriores de Foucault, o dualismo entre o domínio discursivo e domínio não discursivo. Se a “pragmática dos enunciados” limitava-se programaticamente ao plano do discurso, tendo em vista o “primado do enunciado” no campo do saber, se ela estabelecia uma distinção radical entre as formações discursivas e as formações de meio, as instituições, caracterizando-as apenas negativamente, como formações não discursivas, a reflexão sobre o panoptismo opera num limiar de entrelaçamento entre o visível e o enunciável, formas sem correspondência, que são atingidas “transversalmente” por relações de forças que nelas se atualizam. Trata-se, portanto, de um desdobramento da investigação sobre o saber, investigação que enfrenta o limiar de integração com as relações de poder, antes formuladas apenas negativamente, saber-poder:

Todo saber vai de um visível a um enunciável, e inversamente: todavia não há forma comum totalizante, nem mesmo conformidade ou correspondência biunívoca. Há apenas uma relação de forças que age transversalmente e que encontra na dualidade das formas a condição para a sua própria ação, para sua própria atualização. [...] As máquinas concretas são os agenciamentos, os dispositivos bifformes; a máquina abstrata é o diagrama informe. Em suma, as máquinas são sociais antes de serem técnicas. Ou melhor, há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material. Os efeitos desta atingem, é certo, todo o campo social; mas para que ela mesma seja possível, é preciso que os instrumentos, é preciso que as máquinas materiais tenham sido primeiramente selecionadas por um diagrama, assumidas por agenciamentos. (DELEUZE, 2013, p. 48-49)

As máquinas concretas, agenciamentos, envolvem a reciprocidade das duas formas: o visível e o enunciável, enquanto a máquina abstrata opera como o “diagrama informe” das relações de força moleculares. O primado de uma tecnologia social, que impõe “uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer”, emerge como ponto de difração em relação ao primado estrutural das tecnologias materiais, ao primado da infraestrutura sobre a superestrutura, uma vez que os agenciamentos, em sua dupla articulação, são concebidos como consequência de relações difusas de poder, causa imanente que resiste ao gesto totalizante do recorte estrutural.

O artigo sobre *Vigiar e Punir*, provavelmente, foi elaborado por Deleuze concomitantemente à redação do estudo sobre Kafka, realizado com Félix Guattari. Nesse último trabalho, as noções de agenciamento e de máquina abstrata são mobilizadas a fim de caracterizar as novelas e os romances de Kafka, entendidos, esses, como extração e desmontagem dos agenciamentos que operam no campo social, aquelas, como figuração de devires animais ou de máquinas abstratas reificadas. O uso da noção de agenciamento, nesse caso, converge, em grande medida, com a descrição elaborada no artigo da revista *Critique*, mantendo-se, por um lado, a correspondência entre os dispositivos disciplinares, o visível, e os agenciamentos concretos, por outro, a correspondência entre as regularidades do saber, o enunciável, e os agenciamentos coletivos de enunciação.⁸ Vale notar, ademais, que os autores atribuem aos romances de Kafka o desvelamento dessa articulação entre as duas esferas do agenciamento:

Um agenciamento, objeto por excelência do romance, tem dois lados: é agenciamento coletivo de enunciação, é agenciamento maquínico de desejo. Kafka é o primeiro não só a demonstrar esses dois aspectos, mas o arranjo que deles apresenta é como uma assinatura que os leitores necessariamente reconhecem. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 137)

Agora, o agenciamento, categoria analítica derivada do panoptismo de Foucault, como já vimos, converte-se em “assinatura” da escrita de Kafka. Contudo, o mesmo não acontece com a noção de “máquina abstrata”, que, nesse caso, operacionaliza uma tipificação das novelas que se distingue significativamente da formulação elaborada em “Um novo cartógrafo (*Vigiar e Punir*)”. Se, nesse artigo, a máquina abstrata é concebida como causa imante dos agenciamentos, como mapa das relações de força moleculares que atingem transversalmente as duas dimensões do agenciamento, dimensões recíprocas, porém, sem conformidade, em *Kafka: para uma literatura menor*, a máquina abstrata aparece, durante praticamente toda a exposição, como figuração de uma transcendência dissimulada da lei e, nesse caso, o exemplo primordial é justamente a novela *Na colônia penal*:

Ora, consta que a representação da lei transcendente, com o seu cortejo de culpabilidade e de incognoscibilidade, é uma máquina abstrata dessas. Se a máquina da *Colônia Penal*, enquanto representante da lei, aparece como arcaica e ultrapassada, não é, como se disse muitas vezes, porque houvesse uma lei mais moderna, mas porque a forma da lei em geral é inseparável de uma máquina abstrata autodestrutiva e que não se pode desenvolver concretamente. É por isso que os contos nos pareceram

⁸ A expressão “agenciamento coletivo de enunciação” só aparece no livro sobre Kafka, contudo, a correlação entre o aspecto coletivo da enunciação e a “pragmática dos enunciados”, proposta por Foucault na *Arqueologia do saber*, é evidente.

colidir com dois perigos e que os fizeram parar, ou que os fizeram ficar a meio, ou então que os impediram de se desenvolver em romances: ou eles dispõem apenas de índices maquínicos de montagem, por mais vivos que sejam; ou põem em cena máquinas abstratas completamente montadas, mortas e que não conseguem ligar-se concretamente [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 87)

Essa caracterização transcendente da máquina abstrata sustenta, portanto, a tipificação das novelas como uma experiência precária em relação a descrição dos agenciamentos que teria sido levada a termo apenas nos romances. As novelas, nesse sentido, colocariam em cena, por um lado, máquinas completas, contudo, disfuncionais, em sua dissimulação transcendente, por outro, elas evidenciariam apenas indícios de agenciamento, compondo a figura, sempre parcial, de uma máquina que, mesmo funcionando, manifesta apenas partes díspares:

Estes índices maquínicos (que não são alegóricos nem simbólicos) desenvolvem-se em particular nos devires-animais e nos contos animalistas. A metamorfose constitui um agenciamento complexo cujos Índices-elementos são Gregório-animal, a irmã musical, os índices-objetos - a comida, o som, a fotografia, a maçã -, e os índices-configurações - o triângulo familiar, o triângulo burocrático. A cabeça inclinada que se ergue, o som que se plasma sobre a voz e que a faz descarrilar, também funcionam como esses índices, na maior parte dos contos. Há, então, índices maquínicos quando uma máquina está a ser montada e já funciona sem que se saiba como procedem então as partes díspares que a compõem e a fazem funcionar. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 86)

A eficácia dos romances, por sua vez, é descrita como figuração de um campo “ilimitado de imanência”, porém, nesse momento, o “campo de imanência” não é concebido como um diagrama informe de relações de força que atravessam os agenciamentos, ele aparece vinculado a noção de desejo, tal como ela havia sido trabalhada no livro produzido com Guattari: *O Antiédipo: capitalismo e esquizofrenia*, publicado três anos antes, em 1972. Trata-se de um poder difuso, porém, não é a disciplina que o caracteriza, mas o desejo:

A segunda impressão é ainda muito mais importante: *onde se julgava que havia lei, há, de facto, desejo e apenas desejo*. A justiça é desejo, e não é lei. Com efeito, funcionário de justiça é toda a gente: não só os simples ouvintes, não só os próprios padre e pintor, mas as raparigas equívocas e as meninas perversas que ocupam tanto espaço no *Processo*. O livro de K., na catedral, não é um livro de orações, mas um álbum de curiosidades da cidade; o livro do juiz contém unicamente imagens obscenas. A lei é escrita num livro pornográfico. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 89)

E na página seguinte:

E é a mesma coisa em política (o próprio K. compara a cena do tribunal a uma «reunião política», e mais precisamente a um congresso socialista). Aí também não é importante o que se passa na tribuna, onde se debate apenas questões de ideologia. Precisamente, a lei é uma dessas questões. Por todo o lado em Kafka, no *Processo*, na *Muralha da*

China, a lei é pensada em relação a diferentes «partidos» de comentadores. No entanto, politicamente, o importante passa-se sempre algures, nos corredores do congresso onde se defrontam os verdadeiros problemas imanentes de desejo e de poder - o problema efetivo da «justiça». (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 91)

A oposição entre a “máquina abstrata” transcendente e o agenciamento imanente da justiça, agenciamento concreto, sustenta a hipótese de leitura que considera as novelas e as cartas como experiências preliminares, experimentações que teriam preparado o êxito dos romances, obras que, ao extrair e desmontar os agenciamentos efetivos que operam no campo social, teriam “esquartejado” a justificativa transcendental da lei, demonstrando que o procedimento judicial, operando por dissimulação, mobiliza a lei secreta, transcendência dissimulada, como um dispositivo de desejo:

Um campo ilimitado da imanência em vez de uma transcendência infinita. A transcendência da lei era uma imagem, uma fotografia das alturas; porém, a justiça é antes como o som (o enunciado) que não para de correr. A transcendência da lei era máquina abstrata, mas a lei só existe na imanência do agenciamento maquínico da justiça. O Processo é o esquartejamento de qualquer justificação transcendental. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 92)

Ao que parece, fica evidente, nesse ponto, a incongruência entre as caracterizações da máquina abstrata elaboradas no artigo sobre o poder disciplinar e no estudo sobre a obra de Kafka, redigidos no mesmo momento. Contudo, nas últimas três páginas do livro, os autores elaboram uma reconfiguração radical da noção de máquina abstrata. Nesse derradeiro momento, eles consideram outro ponto de vista, segundo o qual seria necessário inverter a relação entre os agenciamentos concretos, campo justiça, e a máquina abstrata, construção da lei:

Até agora opúnhamos a máquina abstracta aos agenciamentos maquínicos concretos: a máquina abstrata era a da *Colónia*, ou então Odradek, ou as bolas de pingue-pongue de Blumfeld. Transcendente e reificada, entregue às exegeses simbólicas ou alegóricas, ela opunha-se aos agenciamentos reais que já só valiam por eles mesmos e se traçavam num campo de imanência ilimitado - campo de justiça contra a construção da lei. Mas, a partir de outro ponto de vista, seria necessário inverter essa relação. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 145)

A máquina abstrata, no apagar das luzes, é deslocada para um campo de imanência, ela passa agora a medir “em teor o modo de existência e de realidade dos agenciamentos”. A máquina abstrata caracteriza-se, então, não mais como transcendência dissimulada, mas como “campo social ilimitado”, “corpo do desejo”, “obra contínua de Kafka”:

Num outro sentido de «abstrato» (não figurativo, não significante, não segmentário), é a máquina abstrata que passa para o lado do campo de imanência ilimitado e confunde-se agora com ele no processo ou no movimento do desejo: então, os

agenciamentos concretos já não são o que atribui uma existência real à máquina abstrata, destituindo-a da sua dissimulação transcendente; é o contrário, é a máquina abstrata que mede em teor o modo de existência e de realidade dos agenciamentos através da capacidade que eles comprovam ao anular os seus próprios segmentos, ao impelir as suas pontas de desterritorialização, ao correr sobre a linha de fuga, ao encher o campo de imanência. A máquina abstrata é o campo social ilimitado, mas também é o corpo do desejo, e também é a obra contínua de Kafka, sobre os quais as intensidades são produzidas e onde se inscrevem todas as conexões e polivocidades. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 145-146)

A máquina abstrata, situada num domínio de imanência, aparece agora num plano de convergência, ainda que parcial, com as formulações elaboradas em “Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)”. O livro sobre Kafka já estaria praticamente pronto no momento em foi elaborado o artigo sobre o livro de Foucault? O impacto da reflexão sobre a “microfísica do poder” teria demandado a reformulação da concepção de máquina abstrata?

Não há como afirmar com certeza. Em todo caso, se as relações infinitesimais de poder atingem transversalmente a articulação biforme dos agenciamentos, o enunciável e o visível, uma leitura das novelas maquinicas, como *Na colônia penal*, que considere, por um lado, os regimes discursivos que balizam a ação figurada (formação despótica e formação disciplinar) e que, por outro lado, considere os regimes de visibilidade que elas colocam em cena (formação de meio ostensiva, suplício, e formação de meio extensiva, panóptica) parece ser pertinente.

3.2 Kafka: literatura menor

Como já foi mencionado, no terceiro capítulo de *Kafka: para uma literatura menor*, que tem como título *O que é uma literatura menor?*, Deleuze e Guattari concebem obra de Kafka como uma “máquina de expressão”, como uma obra que descreve e “desmonta” os “agenciamentos” através de um “procedimento singular”. Essa desmontagem configura-se, segundo os autores, como uma “singularidade” que demanda a distinção entre o sujeito e o lugar de enunciação, como um “desmonte” que reúne três elementos primordiais: a desterritorialização da língua, a ligação do individual com o imediato político e o caráter coletivo da enunciação. Os autores se dedicam, desse modo, a expor as características da “literatura menor”, tomando como modelo a obra de Kafka. Tratemos, pois, de examinar como esses elementos são abordados no referido trabalho.

O primeiro atributo de uma “literatura menor” seria a utilização de uma “língua menor”. Nesse caso, apesar de ser utilizada por uma minoria⁹, a literatura menor não deve ser confundida com aquela pertencente a uma língua minoritária¹⁰, mas concebida como uma apropriação de uma língua maior, ou seja, a língua menor é entendida, pelos autores, como um “uso” que ocasiona uma “torsão”¹¹ na língua maior, lançando-a em um “devir” minoritário, conferindo a essa língua “graus de desterritorialização” e provocando, com isso, a emergência de novos modos de enunciação. O exemplo utilizado, nesse ponto, é o alemão de Praga, que, de acordo com os autores, era utilizado pelos judeus, diferenciando-se, assim, da língua maior, da “língua de artifício”, do alemão propriamente dito.

Esse uso coloca em evidência não só o contexto de opressão em que a comunidade judaica vivia no início do século XX, uma vez que Praga se encontrava sob domínio alemão, mas, também, indica a perda de uma “territorialidade” tcheca. Composta por uma mistura do alemão, do tcheco e do iídiche, a “língua menor” é apresentada, por um lado, como uma “impossibilidade” de se expressar de outra maneira e, por outro lado, como um lugar fecundo de invenção:

A impossibilidade de escrever de outra maneira senão em alemão é, para os judeus de Praga, o sentimento de uma distância irreduzível em relação à territorialidade primitiva checa. E a impossibilidade de escrever em alemão é a desterritorialização da própria população alemã, minoria opressiva que fala uma língua cortada das massas, enquanto “língua de papel” ou artifício; sobretudo que os judeus que fazem parte dessa minoria, dela são expulsos, assim como “os ciganos que roubaram a criança alemã no berço”. Em suma, o alemão de Praga é uma língua desterritorializada, conveniente a estranhos usos menores (cf., noutro contexto, o que os Negros podem fazer com o americano). (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 38-39)

Para Deleuze e Guattari, considerando a condição minoritária dos escritores de Praga, houve dois movimentos que levaram a língua alemã a uma “desterritorialização” intensa nas práticas ficcionais de escrita: o primeiro movimento foi o “enriquecimento” do alemão por meio de um “simbolismo, de um onirismo, de um sentido esotérico, de um significante oculto” (p. 42) (nesse caso, a escola de Praga é tomada como exemplo), o segundo movimento consistiu, por “força de sobriedade”, em tratar a língua falada em Praga em sua “própria penúria”. Os autores atribuem a Kafka a invenção dessa nova maneira de manejar a língua:

⁹ Minoría, nessa concepção, nada tem a ver com quantidade, mas, de outro modo, revela a situação de opressão sofrida por uma comunidade.

¹⁰ Nesse ponto, os autores não esclarecem o que seria uma “língua menor”, mas enfatizam essa distinção: “Uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa ‘língua maior’”. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 38)

¹¹ Neste ponto, Vidal Sephiha é o linguista referido.

Kafka vai muito rapidamente optar pela outra maneira, ou melhor, inventá-la-á. Optar pela língua alemã de Praga, tal como ela é, dentro da sua própria penúria. Ir cada vez mais longe na desterritorialização... à força da sobriedade. E dado a aridez do léxico, fazê-lo brilhar em intensidade. Opor um uso puramente intensivo da língua a qualquer utilização simbólica ou mesmo significativa, ou simplesmente significante. Chegar a uma expressão perfeita e não formada, uma expressão material intensa. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 43)

Kafka teria sido capaz de encontrar uma “linha de fuga”, atingindo uma “desterritorialização” absoluta. Os autores afirmam que essa intensa “desterritorialização” efetuada pelo escritor fez com que o sentido estabelecido através do som se tornasse “apenas um esqueleto ou uma silhueta de papel”:

1º) Enquanto que o som articulado era um ruído desterritorializado que se reterritorializava, não obstante, no sentido, agora é o som que se vai desterritorializar sem compensação, de maneira absoluta. O som ou a palavra que atravessam essa nova desterritorialização não são uma linguagem sensata, se bem que dela derivem, e também não são uma música ou um canto organizado, apesar do efeito que fazem transparecer. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 45)

Nesse caso, são as falas das personagens que atravessam uma “linha de fuga” para chegar a essa desterritorialização absoluta: enquanto algumas apresentam somente uma massa sonora sem sentido, como o caso de Gregório que apenas produz ruídos, o som produzido por outras personagens que apresentam uma “linguagem mais sensata”, entra, por seu turno, em uma “linha de fuga”, liberando uma “expressiva matéria viva que fala por si e que já não necessita de ser formada” (p. 46). Os sons, desse modo, aparecem esvaziados de sentido. A imagem, por outro lado, aparece como o lugar de uma “reterritorialização”:

A imagem é o próprio percurso, tornou-se devir: devir-cão do homem e devir-homem do cão, devir-macaco ou coleóptero do homem e inversamente. Nós já não estamos na situação de uma língua rica vulgar, em que, por exemplo, a palavra cão designa directamente um animal e se aplica por metáfora a outras coisas (de que se poderá dizer “como um cão”). (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 47)

Esse deslocamento do sentido provoca efeitos importantes na expressão. Concordando com autores como Robbet-Grillet, Deleuze e Guattari apontam que a exploração da língua menor, diferentemente de uma língua “rica” que possibilitaria a utilização das metáforas, ocasiona o “aniquilamento” delas:

Kafka aniquila deliberadamente toda e qualquer metáfora, simbolismo, significação, assim como qualquer designação. A metamorfose é o contrário da metáfora. Já não há sentido próprio nem figurado, mas uma distribuição de estados no leque da palavra. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 47)

O uso menor da língua provoca efeitos não apenas no modo de expressão, mas também nos lugares de enunciação, uma vez que ele permite a supressão das questões individuais. Tais questões, “ampliadas ao microscópio”, adquirem um estatuto político: “[...] o campo político contaminou o enunciado todo” (p. 40). Essa é a segunda característica da “literatura menor”. Os autores apontam que, nos enredos de Kafka, as questões “individuais” aparecem apenas como “armação exterior” para o tratamento de questões políticas, isto é, para a abordagem de outros temas de cunho mais amplo:

A questão individual, ampliada ao microscópio, torna-se muito mais necessária, indispensável, porque uma outra história agita no seu interior. É neste sentido que o triângulo familiar se conecta com outros triângulos, comerciais, económicos, burocráticos, jurídicos, que lhes determinam os valores. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 39)

O texto que, para Deleuze e Guattari, melhor exemplifica esse argumento é *Metamorfose*, uma vez que Gregor Samsa, personagem central da trama, ao acordar transformado em um “inseto monstruoso”, entra numa “linha de fuga” e começa, segundo os autores, a romper, primeiro, o triângulo familiar pai, mãe e filho, e, em seguida, o burocrático, caracterizado pelas personagens que passam a frequentar sua casa para ocupar os lugares antes preenchidos pela família:

E, correlativamente, todo devir animal de Gregório, o seu devir coleóptero, besouro, escaravelho, barata, é que traça a linha de fuga intensa em relação ao triângulo familiar, mas, sobretudo, em relação ao triângulo burocrático e comercial. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 36)

Nesse sentido, os temas tratados na obra de Kafka não se restringem às questões individuais, como supõem algumas leituras psicanalíticas, nem a uma crítica social, embora os autores reconheçam que a obra de Kafka atravessa essas questões, mas eles entendem que elas são tratadas para que sejam superadas. Assim, todo esse processo de superação da crítica social é entendido como uma prática necessária para Kafka, na medida em que faz parte de seu “programa político”, o que, em última instância, configura-se como uma crítica das representações sociais modernas:

Quando Kafka indica dentre os fins da literatura menor ‘a depuração do conflito que opõe pais e filhos e a possibilidade de debatê-lo’, não se trata de um fantasma edipiano, mas de um programa político. ‘Ainda que a questão individual seja, por vezes, tranquilamente meditada, não se lhe alcança as fronteiras com que ela faz bloco com outras questões análogas; chega-se, sim, à fronteira que a separa da política;

levase o esforço até apreendê-la antes mesmo que ela lá esteja, e de encontrar por todo lado essa fronteira a fechar-se. [...] Aquilo que no seio das grandes literaturas actua em baixo e constitui uma cave não indispensável do edificio, passa-se aqui à luz do dia; o que ali provoca uma confusão passageira, aqui leva simplesmente a uma sentença de vida ou de morte'. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 39-40)

A terceira característica da “literatura menor”, o caráter coletivo da enunciação, diz respeito, especificamente, à enunciação literária. Renuncia-se, com isso, a duas concepções: primeiro, à noção de enunciado que aponta para um “sujeito de enunciação”, ou seja, renunciase a ideia de um “mestre” que, através da sua “experiência íntima”, produz algo novo; depois, à ideia de um sujeito que seja o efeito do enunciado: a prática da escrita, nesse caso, é fundada naquilo que já se tornou “comum” ao coletivo. Ao abandonar essas duas vias, abre-se caminho para as questões coletivas, para a discussão sobre os *agenciamentos coletivos de enunciação*:

A terceira característica é que tudo toma um valor colectivo. Precisamente porque o talento não é, na verdade, muito abundante numa literatura menor; as condições não são dadas numa *enunciação individuada* pertencente a este ou aquele “mestre”, separável da *enunciação colectiva*. De tal modo que este estado de realidade do talento é, de facto, benéfico e permite conceber algo diferente de uma literatura dos mestres: o que o escritor diz sozinho já constitui uma acção comum, e o que diz ou faz, mesmo se os outros não estão de acordo, é necessariamente político. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 40)

No caso dos textos de Kafka, os autores consideram duas possibilidades, por um lado, se os temas tratados são comuns à “consciência coletiva”, ainda que essa consciência esteja “inativa na vida exterior” (p. 40), seu “papel” seria, justamente, o de ativar essa consciência, por outro lado, se o escritor se apresenta afastado da comunidade, isso decorre do fato de que ele exprime questões “ainda por vir”, questões “potenciais”:

Ora, quando um enunciado é produzido por um Celibatário ou uma singularidade artista, só o é em função de uma comunidade nacional, política e social, mesmo que as condições objectivas dessa comunidade ainda não estejam concedidas no momento fora da enunciação literária. Daí as duas teses principais de Kafka: a literatura como um relógio que adianta, e como questão do povo. A enunciação literária mais individual é um caso particular de enunciação colectiva. Até é uma definição: um enunciado é literário quando é “assumido” por um Celibatário que antecipa as condições colectivas de enunciação. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 141)

A enunciação literária ganha, com isso, um papel radical, uma vez que o escritor teria conseguido descrever questões ainda embrionárias em seu tempo, ao tratar de “agenciamentos coletivos”, através de seu “programa político” ou, dito de outro modo, ao figurar os dispositivos sociais modernos que apenas se insinuavam no momento de sua escrita, ele teria forjado caminhos para “outra comunidade potencial”, “outra consciência” e “outra sensibilidade”.

Tratamos, enfim, dos três atributos da “literatura menor”, a saber: o uso da língua menor, a ligação do individual com o imediato político e o caráter coletivo da enunciação. Todos esses atributos, segundo os autores, formam uma “máquina de expressão” capaz de “exercitar conteúdos” de forma “revolucionária”.

4. NA COLÔNIA PENAL

Num primeiro momento, discutimos questões relativas à emergência dos saberes e sua relação com o poder. Concentramo-nos, em seguida, em apontar como as reflexões elaboradas por Foucault foram importantes para Deleuze na formulação dos conceitos de “agenciamento”, de “máquina abstrata” e de “agenciamento coletivo de enunciação”, noções desenvolvidas, inicialmente, nos artigos da revista *Critique* e em *Kafka: para uma literatura menor*. Neste capítulo, finalmente, empenhamo-nos em uma releitura da novela *Na colônia penal*, buscando uma articulação entre a abordagem molecular das relações de poder, elaborada por Foucault, e a abordagem política do enunciado literário, empreendida por Deleuze e Guattari. Considerando o impacto que a reflexão sobre a “microfísica do poder” exerceu na concepção de “máquina abstrata”, como vimos na leitura do livro de Deleuze e Guattari sobre Kafka, levantamos uma hipótese de leitura que procura descrever a figuração de Kafka nas “novelas maquinicas” não mais como uma “transcendência dissimulada”, como um “fracasso de romance”, mas como figuração de uma causa imanente, de um “diagrama das relações de força” que se atualiza nos agenciamentos, sejam eles concretos, de corpos, sejam eles discursivos, de enunciados.

A novela em questão foi escrita em 1914 e publicada em 1919. Nesse entremeio, Kafka realizou algumas leituras públicas da narrativa, no entanto, só após a insistência do editor Kurt Wolff, ele resolveu publicá-lo.¹² No Brasil, a primeira tradução desse texto foi feita apenas em 1965, por Torrieri Guimarães (BRITO, 2008). Desde então, essa novela foi objeto de diversas reedições e traduções, dentre as quais está a tradução utilizada no presente trabalho, feita por Modesto Carone, em 1998, pela Companhia das Letras. O argumento desdobra-se a partir da descrição de um dispositivo de punição que, durante doze horas, inscreve uma sentença penal na carne de um condenado. A cena da narrativa é composta, basicamente, por quatro personagens, o explorador, o condenado, o soldado que o acompanha e o oficial.

¹² Dado retirado do posfácio de Modesto Carone no livro *Na colônia penal* (1998).

4.1 O procedimento narrativo

Já na primeira linha, o mecanismo que protagoniza a trama é posto em cena: “– É um aparelho singular!” (KAFKA, 1998, p. 29). A utilização do discurso indireto livre, difuso por todo o texto, promove a intersecção entre três planos narrativos: no primeiro deles, predominam aspectos descritivos, no segundo, prevalece o ponto de vista laudatório do oficial e, no terceiro, a perspectiva indiferente do explorador estrangeiro.

As descrições são elaboradas, regularmente, por meio de uma tática de acumulação de aspectos parciais que, embora detalhados minuciosamente, impedem a visualização nítida do conjunto descrito. Na descrição da máquina, por exemplo, enquanto o oficial, em discurso direto, detalha as características do aparelho ao visitante, o foco narrativo complementa a mesma descrição agregando novos elementos. O excerto subsequente ilustra o uso do discurso direto:

– É, rastelo – disse o oficial. – O nome combina. As agulhas estão dispostas como as grades de um rastelo e o conjunto é acionado como um rastelo, embora se limite a um mesmo lugar e exija muito maior perícia. Aliás o senhor vai compreender logo. Aqui sobre a cama coloca-se o condenado. Quero no entanto primeiro descrever o aparelho e só depois fazê-lo funcionar eu mesmo. Aí o senhor poderá acompanhá-lo melhor. No desenhador há uma engrenagem muito gasta, ela range bastante quando está em movimento, nessa hora mal dá para entender o que se fala; aqui infelizmente é muito difícil obter peças de reposição. Muito bem: como eu disse, esta é a cama. Está totalmente coberta com uma camada de algodão; o senhor ainda vai saber o objetivo dela. O condenado é posto de bruços sobre o algodão, naturalmente nu; aqui estão, para as mãos, aqui para os pés e aqui para o pescoço, as correias para segurá-lo firme. Aqui na cabeceira da cama, onde, como eu disse, o homem apoia primeiro a cabeça, existe este pequeno tampão de feltro, que poder ser regulado com maior facilidade, a ponto de entrar bem na boca da pessoa. Seu objetivo é impedir que ela grite ou morda a língua. Evidentemente o homem é obrigado a admitir o feltro na boca, pois caso contrário as correias do pescoço quebram sua nuca. (KAFKA, 1998, p. 33)

Logo depois, o foco narrativo retoma a descrição das mesmas partes:

Era uma estrutura bem grande. A cama e o desenhador tinham as mesmas dimensões e pareciam duas arcas escuras. O desenhador estava disposto a cerca de dois metros sobre a cama; ambos se ligavam nas pontas por quatro barras de latão que quase emitiam raios de sol. Entre as arcas oscilava, preso a uma fita de aço, o rastelo. (KAFKA, 1998, p. 34)

Ainda que tratem o mesmo objeto, tais descrições são produzidas como uma somatória de parcialidades incongruentes, impedindo sistematicamente a integralização de suas partes em um todo coerente, ou seja, o componente descritivo, ao adotar uma tática aparentemente realista,

deforma o uso dessa convenção, uma vez que a minúcia exacerbada do detalhe impede o fechamento do quadro descritivo. O rastelo, por exemplo, feito de um material translúcido (p. 40), contém as agulhas que inscrevem a sentença no corpo do condenado, entretanto, não é possível visualizar nitidamente todo o mecanismo de inscrição, dada a sobreposição dos dispositivos de inscrição e dos elementos que deveriam propiciar uma nítida visualização desse mesmo processo de escritura. Trata-se de um mecanismo que, apesar de sua exaustiva descrição, permanece como um agregado de partes incongruentes.

A utilização desse procedimento descritivo se estende ao cenário e às personagens. Enquanto as coordenadas espaço-temporais da colônia permanecem indeterminadas, apesar de sua caracterização luminosa e desértica: “um vale, profundo e arenoso, cercado de encostas nuas por todos os lados” (p. 29), situado “perto dos trópicos”, a caracterização dos envolvidos na trama, por seu turno, é feita de tal maneira que apenas alguns traços são realçados: no “oficial”, o entusiasmo pelo aparelho; no “explorador”, a indiferença de sua visão “imparcial”; no “condenado”, a sujeição “canina”. Eles sequer possuem nomes próprios, apenas títulos que definem suas posições hierárquicas.

O procedimento descritivo produz, ademais, um contraste entre o discurso direto do oficial e voz do narrador: enquanto o foco narrativo mantém-se num tom objetivo, aparentemente neutro, sob a ótica do oficial, o mecanismo é tratado em um tom exacerbadamente entusiástico, em descompasso com a finalidade cruel do objeto descrito. Entre os argumentos arrolados por ele, destaca-se a ênfase atribuída ao automatismo da punição, aspecto decisivo na fundamentação da defesa do procedimento, como se pode observar nesse trecho:

– Mas agora venha ver este aparelho – acrescentou logo em seguida, enxugando as mãos com uma toalha enquanto apontava para o aparelho. – Até este instante era necessário o trabalho das mãos, mas daqui para a frente ele funciona completamente sozinho. O explorador assentiu com a cabeça e acompanhou o oficial. (KAFKA, 1998, p. 30-31)

E, mais adiante:

O oficial se recompôs rápido.
– Eu não estava querendo emocioná-lo – disse ele. – Sei que é impossível dar hoje uma ideia do que foram aqueles tempos. Além disso a máquina ainda funciona e produz sozinha seus efeitos. Funciona mesmo quando está a sós neste vale. E o cadáver continua no final a cair num vôo inconcebivelmente suave no fosso, ainda que não se juntem em volta dele, como moscas, centenas de pessoas como antes. Antigamente tínhamos de instalar em torno do fosso um corrimão forte, retirado dali já faz um tempo. (KAFKA, 1998, p. 51)

Como se vê nos excertos citados, enquanto a voz “realista” do narrador descreve “objetivamente” o aparelho, as falas do oficial colocam em evidência a sua afetação. Ele chega a emocionar-se falando do aparelho. Ademais, o contraponto entre o discurso direto do oficial e a voz do narrador atinge a própria caracterização do oficial, sobrepondo a descrição “imparcial” de suas ações a sua enunciação em discurso direto. Vejamos algumas passagens que permitem visualização desse procedimento:

- Agora está tudo pronto! – finalmente exclamou e desceu a escada. Estava excepcionalmente esgotado, respirava de boca aberta e tinha enfiado à força dois delicados lenços sob a gola do uniforme.
- Esses uniformes são sem dúvida muito pesados para os trópicos – disse o explorador, ao invés de se informar sobre o aparelho, como o oficial havia esperado.
- É verdade – disse o oficial lavando as mãos encardidas de óleo e graxa num balde de água já à disposição. – Mas eles simbolizam a pátria e a pátria nós não podemos perder.¹³

Ele não tinha escutado com muita atenção, o sol forte demais se enredava no vale sem sobras, era com dificuldades que se juntavam os pensamentos. Tanto mais digno de admiração lhe parecia o oficial, que, na sua farda justa, própria para um desfile, carregada de dragonas, guarnecida de cordões, dava as explicações com tanto fervor – além do que, enquanto falava, apertava aqui e ali um parafuso com a chave de fenda.¹⁴

O oficial mal tinha notado antes a indiferença do explorador, mas estava alerta para o interesse que agora aflorava; por isso suspendeu as explicações para dar ao explorador tempo para uma contemplação tranquila.¹⁵

A seguir inspecionou as mãos; elas não lhe pareceram suficientemente limpas para pegar nos desenhos; por isso foi até o balde e lavou-as outra vez. Depois tirou do bolso uma pequena carteira de coró e disse [...].¹⁶

O oficial indicava com o dedo o caminho exato que a água e o sangue tinham de seguir. Quando, para tornar o quadro o mais vívido possível, o oficial literalmente ficou com as mãos em concha para recolher o fluxo na embocadura do cano de escoamento, o explorador suspendeu a cabeça e, tateando com a mão para trás, quis recuar até a sua cadeira. Viu então com horror que o condenado havia, como ele, seguido o convite do oficial para examinar de perto a disposição do rastelo.¹⁷

Tudo entrou em movimento. Se a engrenagem não ragesse seria magnífico. Como se estivesse surpreso com a perturbação que ela provocava, o oficial ameaçou com o punho; depois, desculpando-se, abriu os braços para o explorador e desceu apressadamente a escada, para observar o aparelho por baixo. Ainda havia alguma coisa que não estava em ordem e que só ele percebia; subiu outra vez a escada, enfiou as duas mãos no interior do desenhador; em seguida, para descer mais depressa,

¹³ (KAFKA, 1998, p. 30)

¹⁴ (ibid., p. 32)

¹⁵ (ibid., p. 34)

¹⁶ (ibid., p. 36)

¹⁷ (ibid., p. 41)

escorregou por uma das barras ao invés de usar a escada e, para se fazer entender no meio do barulho, gritou com o máximo de força no ouvido do explorador [...].¹⁸

A interseção entre as falas do oficial e a descrição de suas ações produz um hiato entre palavras e obras. A atuação do oficial, centrada na atenuação das falhas de um mecanismo que evidencia inúmeros traços de decrepitude, contradiz seu discurso laudatório: ele aparece sempre subindo, descendo, ajustando, limpando o suor, empenhando-se em “dar uma ideia” do que havia sido o dispositivo em “outros tempos”.

No que se refere à caracterização do explorador estrangeiro, entretanto, observamos um outro funcionamento do foco narrativo. Nesse caso, um narrador onisciente revela as posições que não são manifestadas explicitamente pela personagem, convergindo com seu ponto de vista indiferente ou, na melhor das hipóteses, compadecido:

Com o cenho franzido o explorador observou o rastelo. As informações sobre o procedimento judicial não o tinham deixado satisfeito. Teve contudo de admitir a si mesmo que aqui se tratava de uma colônia penal, que aqui eram necessárias medidas excepcionais e que se precisava proceder até o limite de modo militar. Além disso depositava alguma esperança no novo comandante, que, embora devagar, pretendia evidentemente introduzir um procedimento novo que não podia entrar na cabeça limitada deste oficial. Partindo desse raciocínio o explorador perguntou:
– O comandante vai assistir à execução? (KAFKA, 1998, p. 39)

Nesse terceiro e último plano, portanto, o procedimento narrativo integra-se ao olhar do visitante e privilegia sua perspectiva. Contribuindo, por um lado, com a produção de um efeito de “neutralidade”, por outro lado, com a oposição entre o explorador e o oficial, o foco narrativo insinua as motivações que conduzem a ação dessa personagens:

O explorador tinha pouco interesse pelo aparelho e andava de um lado para o outro por trás do condenado, com uma indiferença quase visível, enquanto o oficial providenciava os últimos preparativos, ora rastejando sob a máquina assentada fundo na terra, ora subindo uma escada para examinar as partes de cima. Eram trabalhos que na realidade poderiam ter sido deixados para um mecânico, mas o oficial os realizava com grande zelo, seja porque era um adepto especial do aparelho, seja porque não podia, por outras razões, confiar essa tarefa a mais ninguém. (KAFKA, 1998, p. 30)

Nesse texto, a justaposição dos três planos narrativos atua de forma a produzir um estranho efeito de verossimilhança. O lugar de enunciação do discurso ficcional, forjado por meio de uma linguagem sóbria, “neutra”, tratada em sua própria “penúria”, como descrevem Deleuze e Guattari, sustenta-se num dispositivo narrativo que se confunde com própria matéria da novela: um dispositivo penal que inscreve a lei no corpo do condenado. “Inscrever a sentença

¹⁸ (ibid., p. 43)

na carne do condenado” não corresponde, aqui, a uma metáfora, mas ao sentido literal do ato: “O mandamento que o condenado infringiu é escrito no corpo com o rastelo. No corpo deste condenado, por exemplo – o oficial apontou para o homem –, será gravado: Honra o teu superior!” (KAFKA, 1998, p. 36). Nesse sentido, a novela promove uma reversão do artifício metafórico, empregando em sentido próprio o campo semântico obliterado da expressão figurada: metáfora morta.

4.2 Suplício e disciplina

Se, por um lado, o mecanismo penal da colônia envolve a ostentação do suplício, por outro, a execução efetiva é realizada mecanicamente, isentando o carrasco da atuação infame implicada no procedimento de tortura e execução, uma vez que ela: “produz sozinha seus efeitos” (KAFKA, 1998, p. 51). Como já apontamos, a supressão do ato de violência legal apresenta-se, de acordo com Foucault, como um dos elementos que caracterizam a ruptura entre o modelo penal fundado nos suplícios e o regime disciplinar de penalidades¹⁹, ou seja, o texto de Kafka articula-se, desde o princípio, num ponto de ruptura entre dois regimes incompatíveis de visibilidade, afinal, nesse caso, a “execução propriamente dita da sentença” é uma operação automática:

– Sim – disse o oficial, empurrando o quepe um pouco para trás e passando a mão pelo rosto acalorado. – Agora ouça: tanto a cama como o desenhador têm bateria elétrica própria; a cama precisa de energia para si mesma, o desenhador para o rastelo. Assim que o homem está manietado, a cama é posta em movimento. Ela vibra com sacudidas mínimas e muito rápidas simultaneamente para os lados, para cima e para baixo. O senhor deve ter visto aparelhos semelhantes em casas de saúde; a diferença é que na nossa cama todos os movimentos são calculados com precisão; de fato eles precisam estar em estrita consonância com os movimentos do rastelo. Mas é a este que se entrega a execução propriamente dita da sentença. (KAFKA, 1998, p. 34-35)

Outras qualidades do mecanismo o aproximam ora dos suplícios espetaculares ora dos sistemas disciplinares de ordenação dos corpos. Entre tais aspectos, vale a pena lembrar que esse dispositivo deveria provocar, no condenado, um sofrimento regulado e gradativo, configurando o processo de tortura e execução como um espetáculo público, ostensivo: durante

¹⁹ As caracterizações da infâmia são redistribuídas: no castigo-espetáculo um horror confuso nascia do patíbulo: ele envolvia ao mesmo tempo o carrasco e o condenado: e se por um lado sempre estava a ponto de transformar em piedade ou em glória a vergonha infligida ao supliciado, por outro lado, ele fazia redundar geralmente em infâmia a violência legal do executor. (FOUCAULT, 2013, 14-15)

o intervalo de doze horas, o aparelho de punição, inscreve a sentença no corpo do condenado, traçando uma inscrição que deveria aprofundar-se paulatinamente:

– Compreende o processo? O rastelo começa a escrever; quando o primeiro esboço de inscrição nas costas está pronto, a camada de algodão rola, fazendo o corpo virar de lado lentamente, a fim de dar mais espaço para o rastelo. Nesse ínterim as partes feridas pela escrita entram em contato com o algodão, o qual, por ser um produto de tipo especial, estanca instantaneamente o sangramento e prepara o corpo para novo aprofundamento da escrita. Então, à medida que o corpo continua a virar, os dentes na extremidade do rastelo removem o algodão das feridas, atiram-no ao fosso e o rastelo tem trabalho outra vez. Assim ele vai escrevendo mais fundo durante doze horas. (KAFKA, 1998, p. 43)

Se, nesse ponto, ficam evidentes os elementos ostensivos do procedimento, por outro, é mister destacar a ausência de um componente crucial no antigo teatro penal: os espectadores. Na ocasião narrada, o único espectador presente é o explorador estrangeiro, ou seja, a punição espetacular apresenta-se, na novela de Kafka, apenas como uma vaga lembrança, testemunhada por “resquícios” de um passado já distante, evocados pelo operador da máquina:

Como era diferente a execução nos velhos tempos! Já um dia antes o vale inteiro estava superlotado de gente; todos vinham só para ver; de manhã cedo o comandante aparecia com as suas damas; as fanfarras acordavam todo o acampamento; eu fazia o anúncio de que estava tudo pronto; a sociedade – nenhum alto funcionário podia faltar – se alinhava em volta da máquina; esta pilha de cadeiras de palha é um pobre resquício daqueles tempos. (KAFKA, 1998, p. 49)

A função “jurídico-política”, portando, que seria capaz de aproximar a máquina de Kafka do modelo penal dos suplícios, fica radicalmente comprometida, uma vez que o espetáculo, agora esvaziado, já não é capaz de publicizar a exemplaridade do castigo, finalidade elementar do antigo modelo penal.

Nesse mesmo sentido, outro aspecto pode ser levantado: o adestramento dos corpos que tipifica o poder disciplinar. Se a disciplina impõe aos corpos uma coerção constante, tornandoos dóceis, na novela de Kafka, o narrador realça a “sujeição canina” do condenado, que é apresentado como um homem dotado de um “ar estúpido”, cujas atitudes fazem o explorador refletir sobre a inutilidade das correntes atadas ao seu corpo: aparentemente, se o soltassem, no momento do início da execução, bastaria um “assobio” para reconduzi-lo ao local do suplício:

Pelo menos aqui no pequeno vale, profundo e arenoso, cercado de encostas nuas por todos os lados, estavam presentes, além do oficial e do explorador, apenas o condenado, uma pessoa de ar estúpido, boca larga, cabelo e rosto em desalinho, e um soldado que segurava a pesada corrente de onde partiam as correntes menores, com as quais o condenado estava agrilhado pelos pulsos e cotovelos bem como pelo pescoço e que também se uniam umas às outras por cadeias de ligação. Aliás o condenado

parecia de uma sujeição tão canina que a impressão que dava era a de que se poderia deixá-lo vagarear livremente pelas encostas sendo preciso apenas que se assobiasse no começo da execução para que ele viesse. (KAFKA, 1998, p. 29-30)

Nesse conjunto, relativo aos aspectos disciplinares da novela de Kafka, destaca-se, ademais, a redução do procedimento jurídico diante da efetividade da pena. A penalidade, nesse caso, precede a apuração jurídica: o condenado desconhece o teor da acusação, assim como a sentença condenatória. Ela não é declarada. É o rito de punição que produz, no condenado, a ciência da sentença. Ele a decifra na carne, na sexta hora, na metade do procedimento de punição:

Mas como o condenado fica tranquilo na sexta hora! O entendimento ilumina até o mais estúpido. Começa em volta dos olhos. A partir daí se espalha. Uma visão que poderia seduzir alguém a se deitar junto embaixo do rastelo. Mais nada acontece, o homem simplesmente começa a decifrar a escrita, faz bico com a boca como se estivesse escutando. O senhor viu como não é fácil decifrar a escrita com os olhos; mas o nosso homem decifra com os ferimentos. (KAFKA, 1998, p. 44)

Para Deleuze e Guattari (2003), a redução da justiça à penalidade evidencia que a lei é “pura forma vazia e sem conteúdo” (p. 80). Ao presumir a culpabilidade, dispensando, nesse caso, a formalidade jurídica do processo e sentenciando, por meio de uma textualidade, *à priori*, incognoscível, a justiça reduz-se ao procedimento penal. Se a ciência da sentença é concebida como um efeito da própria penalidade, o texto da lei caracteriza-se como um segredo inviolável. Os elementos tipográficos haviam sido confeccionados pelo antigo comandante como hieróglifos, de tal forma que eles só poderiam ser decifrados à custa de um longo esforço de interpretação. De acordo com o oficial, tratava-se de uma escrita destinada exclusivamente aos iniciados:

– Sim – disse o oficial rindo e guardando de novo a carteira. – Não é caligrafia para escolares. É preciso estudá-la muito tempo. Sem dúvida o senhor também acabaria entendendo. Naturalmente não pode ser uma escrita simples, ela não deve matar de imediato, mas em média só num espaço de tempo de doze horas; o ponto de inflexão é calculado para a sexta hora. É preciso portanto que muitos floreios rodeiem a escrita propriamente dita; esta só cobre o corpo numa faixa estreita; o resto é destinado aos ornamentos. O senhor consegue agora apreciar o trabalho do rastelo e de todo o aparelho? Veja! (KAFKA, 1998, p. 42-43)

Os exemplos levantados mostram que o mecanismo figurado na novela de Kafka situa-se num ponto de cisão entre dois modelos penais radicalmente distintos: o regime disciplinar e o suplício. A análise de um fragmento de romance realizada por Deleuze e Guattari, em *Kafka: para uma literatura menor*, apresenta alguns traços que permitem compreender melhor esse

ponto de difração entre os dois modelos penais. Ela trata uma cena narrada n’*O Processo*. Nela, a personagem Titorelli expõe ao senhor K., protagonista da narrativa, três possibilidades de funcionamento da justiça: a absolvição definitiva, a absolvição aparente e o adiamento ilimitado. A primeira hipótese é prontamente descartada por Titorelli, posto que sua ocorrência estaria restrita apenas a relatos míticos, sem que fosse possível levantar qualquer evidência material da existência de sentenças desse tipo. A absolvição aparente, por seu turno, em seu jogo de fluxos e contra-fluxos, corresponderia à formulação de uma “máquina abstrata da lei”, em seu sentido transcendente, com a alternância entre períodos de repressão e de liberação provisória. Essa segunda alternativa, de acordo com os autores, seria a matéria predominante nas novelas de Kafka:

Define-se com efeito pela oposição de fluxos, a alternância dos pólos, a sucessão dos períodos: um contra-fluxo de lei por um fluxo de desejo, um pólo de fuga por um pólo de repressão, um período de crise por um período de compromisso. Dir-se-ia que a lei formal, ora se retira na sua transcendência deixando um campo provisoriamente livre ao desejo-matéria, ora faz emanar da sua transcendência, as hipóteses hierarquizadas capazes de debelar e reprimir o desejo (com efeito, há muitas leituras neo-platônicas de Kafka). De duas maneiras diferentes, este estado, ou antes, este ciclo de absolvição aparente corresponde à situação de Kafka nas cartas, ou nas novelas animalistas e nos devires animais. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 92-93)

Por fim, o adiamento ilimitado corresponderia à justiça em sua figuração imanente, justiça como “desejo”, entendido não como falta, mas como produção. Nesse caso, Kafka teria conseguido descrever com maestria os “agenciamentos concretos” que operam no campo social e, ao tratá-los como proliferação de segmentaridades contíguas, forjando um “campo ilimitado de imanência”, ele teria reduzido a “transcendência infinita” ao efeito ilusório das relações infinitesimais de poder, efeito, portanto, de uma “anátomo-política”, ou seja, ao contrário de uma justiça fundada em uma causa transcendente, no “bem em si”, o adiamento ilimitado aparece como uma operação de proliferação de segmentos em contiguidade, figurando um regime social pautado pelo “exame” ininterrupto, por uma disciplina ilimitada.

A formação discursiva despótica fundamentar-se-ia, de acordo com os autores, num princípio transcendente dissimulado. Remetendo sempre a um “fora”, a autonomia aparentemente transcendente da lei revelar-se-ia como fruto de uma causa, de fato, imante: o desejo. O “agenciamento concreto” opõe-se, nesse momento da análise, à “máquina abstrata”. Esse argumento, por sua vez, sustenta a caracterização das novelas como “fracassos” de romance, como uma experiência que teria sido abortada por não ser capaz de extrair e de desmontar os agenciamentos concretos que operam no campo social. Contudo, o que está em

jogo, nesse momento, é ainda o “primeiro sentido” da expressão “máquina abstrata”. Como ficaria a leitura de novela se considerássemos o segundo sentido da expressão, o sentido diagramático, ou seja, se a máquina abstrata fosse entendida como a causa imanente dos agenciamentos concretos: como relações infinitesimais de poder?

4.3 Anátomo-política e imanência

Correias que rebentam, engrenagens que rangem, falta de peças de reposição. Durante toda a narração, indícios evidenciam que a “formação discursiva” despótica caminha para um eminente colapso. A supressão definitiva desse sistema mecânico de execução dependeria apenas de um ato do poder centralizado, o poder do atual comandante? O oficial acredita que a visita do explorador é mais uma investida do novo comandante para pôr fim ao procedimento e, por essa razão, se apresenta de tal forma apreensivo como a possibilidade da formulação de um juízo negativo a propósito da execução, empenhando-se, exaustivamente, em defender a “eficácia” do dispositivo. Para tanto, utiliza várias estratégias. Primeiro, seu argumento concentra-se na exposição de certo “hermetismo” no ordenamento da colônia, herança do antigo comandante:

– Este aparelho – disse, segurando uma manivela sobre a qual se apoiou – é uma invenção do nosso antigo comandante. Colaborei desde as primeiras experiências e participei de todos os trabalhos até a conclusão. No entanto o mérito da invenção pertence totalmente a ele. O senhor já ouviu falar do nosso antigo comandante? Não? Bem, não estou falando demais quando digo que a instalação de toda a colônia penal é obra sua. Nós, amigos dele, já sabíamos, por ocasião da sua morte, que a organização dela é tão fechada em si mesma, que o seu sucessor, mesmo tendo na cabeça milhares de planos novos, não poderia mudar nada pelo menos durante muitos anos. Nossa previsão estava certa; o novo comandante teve de reconhecer isso. (KAFKA, 1998, p. 32)

O operador da máquina trata de descrever as tentativas do novo comandante no sentido de promover mudanças no funcionamento desse mecanismo e afirma que, depois de ter fracassado, seu oponente teria perdido, completamente, o interesse pelo dispositivo. Negligente em relação à manutenção da máquina, o atual comandante seria o responsável pela obsolescência do aparelho:

– Os recursos para a manutenção da máquina estão agora muito limitados. Sob o antigo comandante eu tinha livre acesso a um fundo destinado só para isso. Havia aqui um armazém onde eram guardadas todas as peças de reposição possíveis. Confesso que

desse modo eu chegava quase ao desperdício – digo antes, não agora, como afirma o novo comandante, para quem tudo serve de pretexto para combater as velhas instituições. Agora ele próprio administra o fundo para a máquina, e se eu solicito uma correia nova, é exigida a que quebrou como prova, a nova só vem em dez dias, mas é de qualidade inferior e não serve para quase nada. Mas uma coisa com que ninguém se preocupa é como nesse ínterim eu vou fazer a máquina funcionar sem correia. (KAFKA, 1998, p. 46)

O oficial acaba descrevendo também a rede de relações que envolve o atual comandante e revela, conseqüentemente, o seu desconforto em relação às influências exercidas sobre ele, até mesmo pelas “senhoras” da colônia que são apresentadas ao estrangeiro como personagens que, com as “novas doutrinas compassivas”, perturbavam as execuções penais:

- Tudo culpa do comandante! – berrou o oficial, sacudindo, fora de si, as barras de latão da frente. – Sujam-me o aparelho como se fosse uma estrebaria. Com as mãos trêmulas, mostrou ao explorador o que tinha acontecido.
- Não tentei horas a fio fazer o comandante entender que um dia antes da execução não se deve mais dar comida ao condenado? Mas a nova orientação, benevolente, pensa de outro modo. As senhoras do comandante entopem de doces o homem antes que ele seja conduzido para cá. Durante a vida inteira ele se alimentou de peixes fedidos e agora tem de comer doces! Como é que se pode enfiar sem nojo na boca este feltro que mais de cem homens já chuparam e morderam na hora de morrer? (KAFKA, 1998, p. 48)

E, logo depois:

E agora eu lhe pergunto: será que por causa desse comandante e das mulheres que o influenciam deve perecer a obra de toda uma vida, como esta? – e apontou para a máquina. – Pode-se admitir uma coisa dessas, mesmo que só se esteja passando alguns dias em nossa ilha como estrangeiro? Mas não há tempo a perder, estão preparando alguma coisa contra o meu poder judicial; já se realizam reuniões de consulta no comando, para as quais não sou convocado; mesmo a visita do senhor, hoje, parece significativa da minha situação; são covardes e mandam à frente o senhor, um estrangeiro. (KAFKA, 1998, p. 49)

Por fim, essa tentativa de persuadir o explorador a defender o dispositivo pode ser observada, também, na cena em que ele o convida para conversar em particular e chega a emocionar-se ao relembrar os “velhos tempos”. Em seguida, ele tenta, mais uma vez, convencer o visitante:

- Ontem eu estava perto do senhor, quando o comandante o convidou. Ouvi o convite. Conheço o comandante. Entendi o que pretendia com o convite. Embora o poder dele seja suficientemente grande para investir contra mim, ele ainda não ousa fazer isso, mas quer sem dúvida me expor ao julgamento de um estrangeiro ilustre como o senhor. Seus cálculos são cuidadosos; o senhor está pelo segundo dia na ilha, não conheceu o antigo comandante nem as suas ideias, mantém-se preso à visão europeia das coisas, talvez seja um opositor decidido da pena de morte em geral e em particular deste tipo de execução mecânica; além disso vê como a execução se

processa sem a participação pública, triste, numa máquina já um tanto avariada – juntando tudo isso, não seria bem provável (assim pensa o comandante) que o senhor considerasse o meu procedimento incorreto? E se o senhor não o considera correto, não silenciaria sua opinião (continuo falando do ponto de vista do comandante), uma vez que certamente confia nas suas convicções tantas vezes comprovada. Efetivamente o senhor viu muitas peculiaridades de muitos povos e aprendeu a respeitá-las; por isso é provável que não vá se pronunciar contra esse procedimento com toda a energia, como talvez em seu próprio país. (KAFKA, 1998, p. 52)

Todas essas investidas, no entanto, são inúteis, uma vez que, após a insistência do oficial, o explorador resolve se pronunciar negativamente acerca do procedimento. Sua posição entra em confronto direto com a perspectiva defendida pelo oficial e esse testemunho desfavorável configura-se, pois, como um golpe final:

– Sou contra este procedimento – disse então o explorador. – Antes mesmo que o senhor tivesse falado comigo em confiança – naturalmente não vou em circunstância alguma abusar dessa confiança – eu já havia refletido se estaria no direito de intervir contra este procedimento e se a minha intervenção poderia ter a menor perspectiva de êxito. Estava claro para mim, nesse caso, a quem eu teria de me dirigir em primeiro lugar: ao comandante, evidentemente. O senhor tornou isso mais claro ainda, mas sem ter porventura consolidado a minha decisão; pelo contrário: sua honesta convicção me toca, embora ela também não possa me confundir. (KAFKA, 1998, p. 58-59)

Toda a gente é gente de justiça. A neutralidade do juízo externo, posição do explorador estrangeiro, converge com a “nova doutrina compassiva”, emergência de uma formação discursiva disciplinar que presume a eficácia do adestramento, ordenação incorpórea que, operando por meio da observação e da análise contínua dos corpos individuais, traça horizontes extensivos de normalidade. A concreção totalitária não aparece, na novela de Kafka, como núcleo opressivo que exerce, exclusivamente, o poder, mas como resultante de um conjunto de forças que emana de posições aparentemente passivas. A exemplaridade da inscrição mecânica da norma sobre a carne dos condenados, ostensiva, revela-se, então, como uma prática obsoleta diante da eficácia dos dispositivos anônimos que tem a capacidade de mapear toda a extensão do corpo social.

A constatação do esgotamento das circunstâncias que até então haviam favorecido o funcionamento do dispositivo penal provoca uma reversão radical no enredo: o responsável pela operação do equipamento liberta o condenado e passa a conduzir sua própria execução, sob a seguinte sentença: “seja justo” (KAFKA, 1998, p. 61). O dispositivo começa a apresentar “ruídos” incomuns e “problemas mecânicos”, o explorador, nesse momento, assiste à execução, mostrando-se apreensivo com a condição do oficial:

O explorador, ao contrário, estava muito inquieto; obviamente a máquina estava se destruindo; seu andamento tranquilo era engano; ele tinha o sentimento de que agora precisava se ocupar do oficial, já que este não podia cuidar mais de si mesmo. Mas enquanto a queda das engrenagens exigira toda a sua atenção, ele havia deixado de observar o resto da máquina; entretanto, depois que a última engrenagem tinha saído do desenhador, ele se inclinou sobre o rastelo e teve uma nova surpresa, ainda pior. O rastelo não estava escrevendo, só dava estocadas, e a cama não rolava o corpo, apenas o levantava vibrando de encontro às agulhas. O explorador queria intervir, se possível fazendo o conjunto parar, já não era mais uma tortura, como pretendia o oficial, e sim um assassinato direto. Ele estendeu as mãos. Mas o rastelo já se erguia para o lado com o corpo espetado, como só fazia na décima segunda hora. O sangue fluía em centenas de fios (não misturado com a água, pois desta vez os caninhos de água também falharam). E então deixou de funcionar a última coisa: o corpo não se soltava das agulhas longas, seu sangue escorria, mas ele pendia sobre o fosso sem cair. O rastelo queria voltar à posição antiga, mas como se percebesse por si mesmo que não estava livre da sua carga, permanecia sobre o fosso. (KAFKA, 1998, p. 66-67)

Nessa narrativa, a extinção do suplício maquínico não demanda um ato do poder central, uma vez que, explicitada a posição divergente do explorador, o oficial empreende voluntariamente sua execução, provocando, simultaneamente, o colapso do dispositivo e, conseqüentemente, a extinção dos suplícios.

A partir dos argumentos arrolados, é possível conceber, portanto, a novela *Na Colônia Penal* como a figuração de uma ruptura, de uma transformação no âmbito dos diagramas de poder: transformação do suplício ostensivo em uma disciplina extensiva; transformação de um maquinismo despótico em um dispositivo de controle tácito e anônimo. Essa ruptura, envolvendo relações de reciprocidade entre o visível e o enunciável, entre o agenciamento concreto, domínio não-discursivo, e o agenciamento coletivo de enunciação, domínio discursivo, é regulada, entretanto, por uma multiplicidade de forças que resistem ao ato totalizador da instituição política, situando-se, justamente, no lapso, no não-lugar, que distingue o dizer e o fazer. Segmentos de práticas que interferem nos saberes, análise massiva, segmentos de saber que interferem nas práticas, otimização dos corpos produtivos, sem, contudo, haver correspondência biunívoca entre tais domínios: “o que se diz jamais é o que se vê”.

Após a morte do oficial, o soldado conduz o explorador e o condenado a uma casa de chá numa vila da colônia penal, onde haveria a lápide do antigo comandante:

– O velho está enterrado aqui – disse o soldado. – O clero negou para ele um lugar no cemitério. Durante algum tempo não se sabia onde enterrá-lo, até que finalmente o enterraram aqui. Decerto o oficial não contou nada disso ao senhor, pois naturalmente era a coisa que mais o envergonhava. Tentou até desenterrar algumas vezes o velho à noite, mas foi sempre repellido. (KAFKA, 1998, p. 68)

Nesse momento, o visitante se aproxima do túmulo posto no fundo da casa e, ao encontrá-lo, se depara com inscrições dispostas numa lápide:

Empurraram uma das mesas, sob a qual se encontrava de fato uma lápide. Era uma pedra simples, suficientemente baixa para poder ficar escondida debaixo de uma mesa. Tinha uma inscrição com letras muito miúdas. Para poder lê-las o explorador precisou se ajoelhar. Dizia o seguinte: “Aqui jaz o antigo comandante. Seus adeptos, que agora não podem dizer o nome, cavaram-lhe o túmulo e assentaram a lápide. Existe uma profecia segundo a qual o comandante, depois de determinado número de anos, ressuscitará e chefiará seus adeptos para a reconquista da colônia. Acreditai e esperai!”. (KAFKA, 1998, p. 69)

As inscrições feitas em tom profético ameaçam um retorno do regime totalitário: a “ressurreição” do antigo comandante. Nesse caso, a desterritorialização da máquina despótica, que abre caminho para uma nova territorialização, disciplinar, conserva, contudo, a ameaça de nova ruptura despótica que paira no desfecho da narrativa, uma reterritorialização. O regime discursivo “esclarecido”, presumindo a “humanidade” de seus objetivos, a defesa da sociedade, a preservação dos corpos vivos, a objetividade e a neutralidade de suas “representações”, é objeto de uma figuração que coloca em evidência, simultaneamente, as práticas sub-reptícias de normalização, aos agenciamentos maquínicos infrajurídicos que, tendo em vista a utilidade produtiva, conduzem o adestramento extensivo dos corpos individuais: inquérito infinito e norma sintótica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a maior parte da fortuna crítica dedicada à obra de Kafka detém-se em leituras simbólicas, alegóricas e psicológicas, no presente trabalho, empenhamo-nos em efetuar uma releitura da novela *Na colônia penal* que se procurava em seguir os apontamentos de Deleuze e Guattari. Para empreender esta análise, empenhamo-nos em conceber a “máquina abstrata” não mais em seu sentido transcendente, mas em sentido imanente. A análise dos procedimentos narrativos, num primeiro momento, permitiu descrever a construção de uma narrativa aparentemente “realista”, que forjava, entretanto, imagens sempre parciais, incongruentes.

Se, a princípio, a máquina da colônia penal é descrita como um aparelho autônomo de justiça, aparelho que inscreve, literalmente, o texto hieroglífico da lei na carne dos condenados, nos termos de Deleuze e Guattari, “lei transcendente reificada”, o aspecto ilusório desse automatismo manifesta-se na arbitrariedade do trâmite processual, fundado exclusivamente na denúncia, ou seja, todo procedimento judicial reduzia-se à execução penal. Entretanto, ao considerar “máquina abstrata” como diagrama de forças, como causa imanente dos agenciamentos, levantamos uma hipótese de leitura que, por um lado, identifica, no texto de Kafka, um mecanismo de distorção das convenções realistas de representação, por outro, observamos a figuração de dispositivos de poder descentralizados, infinitesimais, que atingiam tanto o domínio efetivo das práticas, com o colapso do sistema ostensivo dos suplícios e a instauração de um novo regime disciplinar, quanto o domínio discursivo dos saberes, das possibilidades limitadas de enunciação que se abrem no quadro de uma determinada formação discursiva, com a caducidade da posição despótica desempenhada pelo oficial. Nesse sentido, identificamos nessa novela não mais um “fracasso de romance”, incapaz de capturar os agenciamentos, mas a figuração de um ponto de ruptura, de uma descontinuidade, entre duas formações de meio, o suplício e a disciplina, e duas formações discursivas antagônicas, despótica e representativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Eduardo Manoel de. *Quando a ficção se confunde com a realidade: as obras In der Strafkolonie/Na Colônia Penal e Der Process/O Processo de Kafka como filtros perceptivos da ditadura civil-militar brasileira*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2008, 228 p.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

_____; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, volume 2*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, volume 3*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. *Para uma literatura menor*. Trad. Rafael Godinho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

KAFKA, Franz. *O veredito/Na colônia penal*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NABAIS, Catarina Pombo. *A dobra Deleuze-Foucault*. In: António F. Cascais/José L. C. Leme/ Nuno Nabais (Eds.), *Lei, Segurança e Disciplina. Trinta anos depois de Vigiar e Punir de Michel Foucault*, Lisboa: CFCUL, 2009: p. 71-110.